INTERESSE NACIONAL

ANO 15 • NÚMERO 58 • JULHO - SETEMBRO 2022

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

Direito e política e mais semipresidencialismo

Michel Temer

O Itamaraty e a diplomacia da inovação

Carlos Alberto Franco França

Vai ter golpe?
Raul Jungmann

O centro democrático pode recuperar relevância política

ernando Luiz Abrucio

As diferenças das agendas de Bolsonaro e Lula

Thomas Traumann

Fransição energética cria oportunidade para Brasil tornar-se player da energia verde

Marcos Sawaya Jank

Claudia Cheron Koenig

Guerra na Ucrânia. Motivações conflitantes e o difícil caminho para a paz

ergio Florencio

Choque econômico triplo causa agitação social e tensão política nos emergentes

Humberto Saccomandi

Brasil: vulnerabilidades e oportunidades



INTERESSE NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 15 • Número 58 • Julho-Setembro de 2022

Editora Marili Ribeiro

Editor Responsável
Rubens Antonio Barbosa
CONSELHO EDITORIAL

André Singer

Luis Fernando Figueiredo

Carlos Eduardo Lins da Silva

Luiz Bernardo Pericás

Claudio de Moura Castro

Miguel Lago

Daniel Feffer

Renato Janine Ribeiro

Eugênio Bucci

Ronaldo Bianchi

João Geraldo Piquet Carneiro

Roberto Livianu

Joaquim Falção

Roberto Pompeu de Toledo

José Gregori

Sergio Fausto

José Luis Fiori

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social. Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à
ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B
01452-000 • São Paulo • SP · Brasil

Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA
Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497 *Imagem da capa:* www.pixabay.com

Sumário

ANO 15 • NÚMERO 58 • JULHO-SETEMBRO DE 2022

Apresentação

ARTIGOS

1 Direito e política e mais semipresidencialismo

MICHEL TEMER

Em seu artigo, o ex-presidente Temer entende que o Brasil deveria considerar o semipresidencialismo como alternativa de regime no poder executivo. Para ele, atualmente, as instituições estão contra instituições, praticando desarmonia que viola determinação constitucional. E como o direito existe para pacificar as relações sociais, e não para tumultuá-las, chegamos a um impasse nas relações governamentais, o que pede medida de grande repercussão política, que seria a modificação do sistema de governo. "O sistema presidencialista está roto e esfarrapado." Daí a proposta pelo semipresidencialismo.

2 O Itamaraty e a diplomacia da inovação

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANCA

O ministro das Relações Exteriores escreve sobre como e por que o Itamaraty orgulha-se da estreita parceria que mantém com os diferentes atores do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação, no que é chamado de 'diplomacia da inovação'. A iniciativa destina-se a contribuir para o fortalecimento da imagem do Brasil como país inovador. O objetivo, como ele acentua no texto, é fazer com que mais e mais pessoas associem o Brasil à inovação ambientalmente sustentável, como um novo polo de tecnologia de ponta no mundo em desenvolvimento em tempos de transição energética global.

3 Vai ter golpe?

RAUL JUNGMANN

O consultor e ex-ministro da Reforma Agrária da Defesa e da Segurança Pública escreve sobre tema que pauta nove em dez assuntos de qualquer roda

no País e crava: não vai ter golpe. Elenca para tal que a memória de 64 não é uma boa referência. Naquele momento, mídia, empresariado, classe média, igrejas, partidos e os EUA eram favoráveis à intervenção militar. Mas, nada disso se passa agora. O articulista aponta questões relevantes, que requerem diálogo e empenho do Congresso e sociedade civil, como deveria ser a presença de militares no governo, a participação de militares no TSE e a despolitização das polícias.

4 O centro democrático pode recuperar relevância política

FERNANDO LUIZ ABRUCIO

Doutor em Ciência Política, professor e pesquisador se debruça no seu artigo em enumerar as dimensões que tornam relevante um grupo político de centro democrático, a tal da 'terceira via'. "Isso porque seus principais partidos e líderes estão confusos e perdidos nos últimos quatro anos", diz ele. Entre os erros estão privilegiar a briga pelo poder interno em vez de procurar um caminho unificador e nem sempre delimitar a diferença entre a posição centrista democrática e o Centrão. Há claras dificuldades em construir uma identidade comum e efetivamente distinta do bolsonarismo, trilhando o caminho contrário do lulismo.

5 As diferenças das agendas de Bolsonaro e Lula

THOMAS TRAUMANN

O jornalista e pesquisador relaciona, em seu texto, mesmo consciente de que seria ingênuo tentar inferir o plano de governo dos dois candidatos favoritos, quais são as pistas do que está sendo debatido nas campanhas. "Planos eleitorais, na prática, não foram feitos para serem executados. Tirá-los do papel para a ação depende de circunstâncias políticas e econômicas que muitas vezes estão fora de controle", destaca. "O importante não é o indicador x ou y de crescimento do PIB ou número de empregos, mas tentar expor como as duas campanhas entendem o País e como essas visões acarretarão decisões distintas quando os problemas forem enfrentados."

6 Transição energética cria oportunidade para o Brasil tornar-se player da energia verde

Marcos Sawaya Jank, Claudia Cheron Koenig e Leandro Gilio Liderado pelo professor Jank, o artigo escrito a seis mãos indica caminho para o Brasil vir a ser grande participante no processo de transição energética global, com a finalidade de redução da emissão de gases de efeito estufa. O contexto da guerra na Ucrânia evidenciou a necessidade de diminuição a dependência em relação a combustíveis fósseis. A falta de alternativa torna urgente a busca por

2INTERESSE NACIONAL - JULHO - SETEMBRO DE 2022.....

soluções viáveis e desperta o interesse por tecnologias que se mostravam pouco atraentes por custo de exploração, caso do uso de hidrogênio.

7 Guerra na Ucrânia. Motivações conflitantes e o difícil caminho para a paz Sergio Florencio

O diplomata propõe neste texto que a guerra na Ucrânia seja vista como a confluência de movimentos de conflitos étnico-ideológicos domésticos e rivalidade entre superpotências. "Reduzir a Guerra a essa última dimensão, ou atribuí-la exclusivamente ao conhecido binômio expansionismo da OTAN versus ameaça existencial à Rússia é grave equívoco", acentua ao avaliar a guerra à luz de três motivações: ucraniana, russa e a busca da paz. Nem os 100 mil militares russos na fronteira da Ucrânia, nem a era Biden, tida como refém de limites inibidores pela forte oposição republicana, ou mesmo o enfraquecimento por democracias iliberais favoreceu Putin.

8 Choque econômico triplo causa agitação social e tensão política nos emergentes

Humberto Saccomandi

Especializado em temas internacionais, o jornalista escreve sobre a combinação tóxica dos efeitos da pandemia, guerra na Ucrânia e alta de juros, o que ameaça ser uma das mais graves crises econômicas globais em décadas: "Os efeitos sociais desse choque triplo, com o aumento da pobreza e fome, começaram a assombrar vários países. E há risco elevado de que essa deterioração da economia e das condições sociais gere ondas de protestos e até processos de ruptura político-institucional." A intensidade e a duração dessa crise são incertas e vão depender da evolução de fatores causais em andamento e que se alimentam mutuamente.

9 Brasil: vulnerabilidades e oportunidades

RUBENS BARBOSA

O diplomata analisa como a pandemia e o conflito entre Rússia e Ucrânia expuseram de forma dramática vulnerabilidades de todos os países em áreas sensíveis e estratégicas. A dependência da China em muitos setores da cadeia produtiva fez com que países desenvolvidos passassem a enfrentar essa questão com novas políticas industriais, buscando reduzir os riscos da situação. No Brasil, a magnitude dos problemas — em especial, na economia, na destruição da Amazônia e no isolamento e perda de espaço do mundo — deixa para um longínquo segundo plano a questão das vulnerabilidades, que perpassa diversos setores estratégicos para a segurança alimentar e a segurança nacional.

Apresentação

O cenário político nacional ganha destaque da *Revista Interesse*Nacional com artigos que apresentam o semipresidencialismo como
alternativa de regime para o poder executivo, passando pela discussão se o Brasil
estaria à mercê de um novo golpe militar, como o ocorrido em 1964. Muitas
questões, entre as que requerem diálogo e empenho do Congresso e da sociedade
civil, foram visitadas nos textos da atual Edição 58, entre as quais como deveria
ser a presença de militares no governo, ou a participação deles nas eleições
comandadas pelo TSE, e, ainda, a questão da despolitização das polícias.

A tentativa da terceira via de participar das eleições presidenciais e recuperar a relevância política que alcançou no passado é avaliada no atual número da *Interesse Nacional*. A briga pelo poder interno entre os partidos envolvidos, que deveriam procurar um caminho unificador capaz de delimitar a diferença entre a posição centrista democrática e o Centrão, é condenada. Também as diferenças das agendas eleitorais dos candidatos mais bem posicionados nas pesquisas, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, estão na edição em texto que expõe como as duas campanhas entendem o País, e como essas visões acarretarão decisões distintas quando os problemas forem enfrentados.

A guerra entre Ucrânia e Rússia e seus reflexos pelo mundo são tratados por articulistas que apontam vulnerabilidades e oportunidades desse cenário conflagrado em seus complexos efeitos para as economias das diferentes regiões do planeta. O alerta fica por conta do efeito que esse choque econômico triplo causa: combinação tóxica dos efeitos da pandemia com a guerra e a alta de juros, provocando agitação social e tensão política. Embora esses efeitos afetem todos os países em áreas sensíveis e estratégicas, nos emergentes, como o Brasil, podem, caso se aproveite a transição energética em pauta, tornar o país um relevante *player* da energia verde.

Boa leitura!

OS EDITORES.

Direito e política e mais semipresidencialismo



■ MICHEL TEMER é advogado, professor, escritor e político brasileiro, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro. Foi o 37º presidente do Brasil

A ciência política estuda e propõe como deve ser o estado. A ciência jurídica estuda o que o estado é. Há diferença, portanto, entre dever ser e ser. É o que separa uma ciência da outra. O dever ser nasce sempre do legislador. Seja o constituinte ou o ordinário. Quando se estabeleceu a reconstituição do estado brasileiro, os reconstrutores receberam delegação para tanto. Eram os constituintes que se manifestaram em 5/10/1988 construindo um novo estado. Fizeram-no, contudo, como representantes da única figura que tem autoridade no estado: o povo.

Digo isto porque só tem autoridade quem tem poder. E a Constituição, para dizer uma obviedade, estabelece que todo o poder emana do povo. Quando se quis estabelecer um novo estado brasileiro foi o povo quem se manifestou por meio dos seus representantes. Sendo assim autoridade primeira, primária, inicial, inaugural, o povo foi o titular do poder. As demais autoridades (presidente, governador, senador, deputado, ministros do executivo e do judiciário) são, todos, autoridades constituídas e, por isso mesmo, secundárias devendo obediência rigorosa à vontade primeira que, repetindo, é a do povo expressada no texto constitucional.

Verifica-se, entretanto que nem sempre isso ocorre. Tome-se o caso do preâmbulo da Constituição federal que determina aos constituintes que, ao criarem o novo estado, o façam enaltecendo a paz no plano interno e internacional. Que os poderes constituídos sejam harmônicos entre si até porque, ao exercitarem suas competências o farão, constituídos que são, em nome da autoridade popular. Vejam, contudo, o que tem acontecido no nosso país. São instituições contra instituições, praticando a desarmonia que, na verdade, viola a determinação constitucional. Praticam, portanto, inconstitucionalidade. E tal fato repercute na própria relação entre brasileiros já que não são poucos os distúrbios cheios de inimizade e plenos de violência física e verbal entre eles por ações de natureza político eleitoral.

Para se ter uma ideia de como o texto constitucional acolheu o fenômeno paz do preâmbulo basta invocar o artigo que decreta a igualdade de todos não podendo haver distinção de nenhuma natureza. Qual é a determinação constitucional? É a de que todos devem unir-se em favor do país, nada impedindo divergências programáticas administrativas e até ideológicas, mas que comportem debate de ideias, e não agressões como as que acabei de anunciar. No plano externo basta verificar o dispositivo estabelecedor de que os artefatos nucleares só podem ser utilizados para fins pacíficos. Portanto, nada de beligerância em relação aos demais países. A solução pacífica e negociada das controvérsias há de ser a tônica das relações internas e internacionais. Obedecer à Constituição e à legislação infraconstitucional é que permite a tranquilidade social porque afinal o direito regulamenta essas relações para dar segurança àqueles que praticam atos públicos ou privados no país.

Aliás, a relativa longevidade da nossa Constituição deriva do fato de termos amalgamado os princípios liberais com os princípios sociais. Só para exemplificar: a livre iniciativa, a propriedade, os direitos individuais são princípios de natureza liberal. Já o capítulo dos direitos sociais, que traz os direitos dos trabalhadores, assim como o direito à saúde, à segurança e à educação são de natureza social. Estes dados é que têm permitido a relativa permanência do nosso texto constitucional, ofendido apenas por aqueles que relutam em dar-lhe cumprimento, o que, na verdade, instabiliza a nossa sociedade.

O direito existe, sendo repetitivo, para pacificar as relações sociais, e não para tumultuá-las. Convenhamos: tão tumultuadas estão as relações governamentais que se impõe medida de grande repercussão política que é a modificação do sistema de governo. Vejam bem: o sistema presidencialista está, com a licença da expressão, roto e esfarrapado.

Vejam que nestes 33 anos do novo estado dois impedimentos já se verificaram. E não há dúvida de que tais impedimentos geram traumas institucionais além de gerarem os inúmeros pedidos de impedimento que se verificam ao longo do tempo. Basta dizer que, desde o governo Itamar Franco, cerca de 396 pedidos de impedimento se verificaram no país. Ademais, o presidente, quando eleito, só depois vai cuidar de obter maioria parlamentar que assegure a governabilidade. E a minha experiência indica que muitas vezes, embora a presidência da República seja apoiada por 15 ou mais partidos, a verdade é que nas votações dos projetos de interesse do governo até os partidos apoiadores têm votos contrários o que, de resto, instabiliza a própria governabilidade.

Daí porque optamos pelo semipresidencialismo. Qual a vantagem? Em primeiro lugar distingue-se a chefia de estado da chefia de governo, ficando esta última

6 INTERESSE NACIONAL – JULHO – SETEMBRO DE 2022.....

para o primeiro-ministro e o gabinete o que impede os traumas institucionais decorrentes dos *impeachment*. É que, constituído o governo (o que só se verifica quando é estabelecida a maioria parlamentar), se o governo perder essa maioria, imediatamente outra se forma e novo governo se instala com muita naturalidade. Esta é a primeira vantagem. A segunda é que o parlamentar, que hoje depende de verbas por ele levadas a estados e municípios para buscar a reeleição, passa a ser responsável pela execução, portanto, pelo governo, e não apenas pela legislação. Assim, quando ele buscar a reeleição, se for do bloco da situação, haverá de dizer 'governei bem', se da oposição, 'opus-me adequadamente'. Ou seja, melhora o nível das discussões políticas no país.

■ Situação e oposição bem definidas

Por outro lado, perceba-se que há intensa discussão sobre a redução dos partidos políticos. Mas o que se vê é ampliação do número de siglas partidárias. E chamo de siglas porque os partidos, hoje, não atendem a sua real finalidade já que, para mais uma obviedade, partido é expressão que vem de **parte**, parcela, e **político** vem de pólis. Portanto, o partido deve sempre representar uma parcela da opinião pública que quer chegar ao poder para administrar a *pólis* (União, Estados e Municípios), o que, evidentemente não ocorre nos dias atuais.

Se adotarmos o semipresidencialismo teremos necessariamente **um bloco de situação** e outro de **oposição**. Podem ser integrados por várias siglas partidárias mas, conceitualmente, serão tidos como partido único: um de situação, outro de oposição o que, mais uma vez, eleva o debate político no país. Registro que é **semi** porque não é nem o presidencialismo puro e nem o parlamentarismo puro. Ou seja: é regime em que o presidente da República tem funções também relevantes: indica o primeiro-ministro que, por sua vez, ao compor o gabinete consultará o presidente; será o chefe das Forças Armadas, assim como representante do Brasil no exterior além de ter direito ao veto de projetos de lei.

Proponho essa forma porque o nosso eleitorado tem grande apreço pela figura do presidente da República. Não se pode deixá-lo na posição de 'o rei reina, mas não governa'. Daí porque essa forma híbrida poderia ser adotada no nosso país com o mesmo sucesso que teve em Portugal e na França. Evidentemente, imagino um projeto aprovado pelo Congresso Nacional e depois submetido a referendo popular. Naturalmente com grande campanha esclarecedora por meio de horário eleitoral em que o tema será debatido pelos favoráveis e contrários ao sistema. Só depois submetido à consulta popular. Também devo deixar claro que esta modificação só pode entrar em vigor a partir de 2026 ou 2030, já que não se pode alterar a fórmula de eleição prevista para este ano.

Impõe-se uma consideração: para a aprovação do primeiro-ministro, que não é necessariamente um parlamentar, deve verificar-se um Congresso unitário. Ou seja: Câmara dos Deputados e Senado Federal constituir-se-ão em Câmara única, dando, portanto, a participação de ambas as Casas no processo de escolha da chefia de governo. Estas são breves considerações sobre o quadro político atual, ressaltando que já foi apresentado projeto desse novo sistema de governo pelo deputado Samuel Moreira e até constituída comissão especial para o exame da matéria.

O Itamaraty e a diplomacia da inovação



■ CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA é diplomata, advogado e atual ministro das Relações Exteriores do Brasil. Graduou-se em Relações Internacionais e em Direito pela Universidade de Brasília

O Itamaraty orgulha-se da estreita parceria que mantém com os diferentes atores do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação, no marco daquilo que chamamos de Diplomacia da Inovação. Esse esforço conjunto e coordenado entre estado e sociedade civil é crucial para a difusão da cultura de internacionalização no campo científico e tecnológico, uma das prioridades do governo do presidente Jair Bolsonaro.

A iniciativa destina-se, igualmente, a contribuir para o fortalecimento da imagem do Brasil como país inovador. Quando se faz referência a tecnologias vindas do Japão e da Coreia do Sul, por exemplo, a receptividade mostra-se sempre positiva, por serem países que souberam construir e projetar imagem de potências tecnológicas ao longo das últimas décadas. A China é também exemplo de país que tem registrado, recentemente, avanços rápidos nessa construção e projeção. Um dos principais objetivos da Diplomacia da Inovação é fazer que, quando se pense em nosso país, mais e mais pessoas o associem à inovação ambientalmente sustentável, a um novo polo de tecnologia de ponta no mundo em desenvolvimento, ao avanço científico em tempos de transição energética global.

A Diplomacia da Inovação implica fomentar o debate sobre ações e opções estratégicas de política externa relacionadas à inovação tecnológica. Em 2021, o Itamaraty, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), organizou seminário virtual para debater a associação do Brasil à Organização Europeia de Pesquisa Nuclear (CERN). O evento demonstrou os impactos da entrada de países na entidade, quer do ponto de vista de nações que já passaram pelo processo, como Portugal e Turquia, quer da perspectiva da academia e do setor privado brasileiros.

A compreensão dos benefícios da associação do Brasil à organização levou à assinatura, em março último, de acordo que permitirá nossa participação em um dos maiores centros do mundo de pesquisa e laboratórios em física de altas energias e física de partículas. O acesso de pesquisadores e empresas brasileiros à estrutura da CERN possibilitará desenvolvimento de tecnologias para novos materiais com aplicação na indústria 4.0, no setor aeroespacial, na fabricação de isótopos de saúde, entre muitos outros segmentos. A construção das próximas instalações da CERN exigirá maiores inovações tecnológicas, com aplicações que transcenderão a física de partículas. O exemplo da CERN é emblemático, pois não se limita à cooperação científica, abrangendo, também, oportunidades de negócios para empresas do Brasil e de outros países.

■ Fronteira entre tecnologia e geopolítica

Nossas iniciativas contemplam temas na fronteira entre tecnologia e geopolítica. É o caso da atual 'crise dos semicondutores', decorrente da desestabilização das cadeias internacionais de suprimento de microchips, que vem resultando em aumento dos preços e até mesmo na escassez de componentes essenciais para a indústria brasileira, particularmente nos setores de eletroeletrônicos e automóveis. Trata-se de situação de alcance global, com repercussões no Brasil e no mundo desde 2020.

O Itamaraty acompanha de perto a questão, seja através dos postos no exterior, seja por meio dos funcionários envolvidos com a promoção tecnológica no Brasil. Com efeito, a importância do tema levou o Itamaraty a intensificar o diálogo com outros órgãos do Governo Federal, o Congresso Nacional e a sociedade civil sobre a promoção da indústria nacional de semicondutores e da inserção do Brasil nas cadeias internacionais de suprimento desses componentes.

Um marco desse diálogo foi a realização de seminário internacional sobre o tema no Palácio Itamaraty, em 27 de abril de 2022, com a participação de autoridades, empresários e especialistas brasileiros e estrangeiros. O evento analisa e discute os desafios atualmente enfrentados pelo setor; o quadro regulatório e as políticas aplicáveis às cadeias de suprimento desses insumos; e as perspectivas da indústria brasileira de semicondutores, de modo a contribuir para o delineamento de estratégia brasileira para o segmento.

■ Tradição em promover ciência e tecnologia

Não é de hoje que o Itamaraty trabalha para promover a ciência e a tecnologia brasileiras. Dispõe, desde 1968, de unidade específica para tratamento do tema com governos e outros interlocutores estrangeiros. A atuação do Ministério das Relações Exteriores já havia aportado, em momentos anteriores, importantes contribuições para a criação das bases da infraestrutura de pesquisa brasileira, que resultaram na constituição de entidades que são pilares do nosso sistema nacional

de ciência, tecnologia e inovação, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). O trabalho do Itamaraty nesse campo passou a dar-se em estreita coordenação com o Ministério da Ciência e Tecnologia a partir de sua criação, em 1985.

As lições aprendidas naquele tempo permanecem válidas. Parcerias na área de tecnologia exigem a construção de laços de confiança, pois são iniciativas de longa maturação. Esse processo passa pela correta apresentação, ao potencial parceiro estrangeiro, das oportunidades que se apresentem no Brasil. Frente à crescente complexidade dos mecanismos de fomento à inovação no mundo atual, o desenvolvimento desses relacionamentos passa a exigir, do diplomata brasileiro, uma nova gama de habilidades.

Com esse pano de fundo, a diplomacia brasileira adapta-se e transforma-se de modo a contribuir para tornar nosso país, reconhecidamente, um hub de inovação regional e mundial. É um empreendimento que requer especialização na área científica e tecnológica. Exige, da diplomacia, o empenho de reconhecer e projetar os setores de alta tecnologia do país por meio do fortalecimento da 'marca Brasil' como selo de inovação e de ganho de imagem para quem nela investe.

O valor das parcerias

A aquisição dessas habilidades não se faz isoladamente, mas em parceria. Exemplo relevante de arranjos instituídos com demais entidades foi a realização de seminário de capacitação de diplomatas para atração de investimentos, realizado em coordenação com o BNDES, em dezembro de 2021. O evento, realizado em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, contou com a presença de diplomatas lotados nas cidades de países exportadores de capitais com alto potencial de direcionar ao Brasil parte de seus investimentos: Berlim, Copenhague, Estocolmo, Lisboa, Londres, Madri, Nova York, Oslo, Ottawa, Paris, Roma, Singapura, Toronto, Tóquio e Washington.

Ademais, ao longo de março e abril deste ano, 81 servidores do MRE, em cerca de 50 embaixadas e consulados, foram capacitados na área de promoção tecnológica, de modo a melhor atender às demandas de nossos pesquisadores e empreendedores. O treinamento incluiu estudos de caso e boas práticas em iniciativas de 'incubação cruzada' de startups, mobilização da diáspora científica, ações de diplomacia pública, internacionalização de startups, organização de hackatons (maratonas de programação), produção de inteligência de mercado e promoção da indústria de jogos eletrônicos, entre outros tópicos.

Desde 2017, o Itamaraty passou a reunir as ações de promoção tecnológica realizadas pelos consulados e embaixadas do Brasil no exterior em torno do Programa de Diplomacia da Inovação, o PDI, em sua maioria executado por 55 postos dotados de setores de Ciência, Tecnologia e Inovação, os chamados Sectecs. Essas unidades acumulam conhecimento especializado sobre os mercados locais para promover parcerias entre centros de pesquisa, ambientes de inovação, para prospectar informações de inteligência, para apoiar a internacionalização de empresas tecnológicas e para atrair investimentos, de maneira a contribuir para consolidar o perfil de país inovador.

As diversas ações da Diplomacia da Inovação executadas pelo Itamaraty têm denominador comum: pragmatismo e foco em melhorar a vida dos brasileiros. São iniciativas que procuram aumentar a competitividade da economia brasileira por meio do desenvolvimento tecnológico. É a missão da Diplomacia da Inovação: identificar oportunidades de cooperação, descobrir potenciais nichos de atuação e abrir caminhos para acelerar qualificação de recursos humanos, aperfeiçoamento institucional e desenvolvimento de empresas e *startups* para a conquista de novos mercados.

Vai ter golpe?



■ RAUL JUNGMANN é político, consultor e ex-deputado federal, foi ministro da Reforma Agrária no governo de Fernando Henrique Cardoso e ministro da Defesa e da Segurança Pública no governo Michel Temer

Em entrevistas, *lives*, *calls*, conversas ou reuniões, invariavelmente não escapo à pergunta. E, invariavelmente, minha resposta é sempre a mesma: não, não vai ter golpe. E os argumentos a que recorro também não mudam, porque trata-se de uma não questão.

Os que temem, de boa-fé, ou os que se beneficiam politicamente desse temor, têm na analogia com 64 seu ponto de partida. É um recurso precário para a dimensão do que se pretende sustentar. Em 64, a grande mídia, o empresariado maciçamente, a classe média, igrejas (católica à frente), partidos e o 'grande irmão do norte', os EUA, eram favoráveis à intervenção militar.

O país vivia um caos, a inflação corroía salários e rendas, as greves se sucediam numa espiral contínua, e a insubordinação ameaçava a hierarquia nos quarteis. Havia clima propício aos que propalavam por uma intervenção que acabou interrompendo um governo democraticamente eleito.

Nada disso se passa agora, já que nem a mídia, o empresariado, as classes médias, igrejas ou partidos propõem, defendem ou promovem uma intervenção militar ou golpe. E as instituições não estão mais frágeis como à época – antes, estão sólidas. Os Estados Unidos, sob Biden, e isso foi deixado claro pelo diretor da CIA, William Burns, em nome dos Estados Unidos ao governo brasileiro, discorda de qualquer caminho que leve à ruptura institucional no país, o que teria sido reiterado a Bolsonaro pelo próprio Biden, na recente Cúpula das Américas.

Na sequência da minha argumentação, desfaço outra tese recorrente de que as demissões do ministro da Defesa e dos comandantes militares são indícios de algo em marcha

Acrescento: estamos no terceiro comandante do Exército em três anos e meio de mandato presidencial. Ao contrário, essas demissões indicam uma resistência

de cúpulas militares a qualquer pressão por desvios em sua missão. Resultam da recusa a aventuras antidemocráticas

Ainda assim, muitos interlocutores emendam mais duas questões. A primeira, sobre as falas dos generais em cargos de governo, em apoio ao presidente. A segunda, remete à retórica sobre a segurança das eleições, que tem oposto o Ministério da Defesa, o Exército e o a justiça eleitoral.

Esclareço que é um grande equívoco interpretar as falas e o apoio ao governo por parte de militares em cargos políticos, como a voz das Forças Armadas. Quem fala pelas Forças Armadas são os militares na ativa e no exercício das suas funções, nomeadamente e, por hierarquia, os comandantes da Marinha, Exército e da Aeronáutica. E, estes, noves fora uma ou outra fala menos protocolar e mais descuidada, têm se mantidos distante da política.

■ Presença de militares no governo

Entre todas as argumentações, uma é sólida, mas efetivamente não tem qualquer relação com a construção de um golpe: a presença numerosa de militares na estrutura de governo — a maior de todas na história política recente.

Aqui, o ponto é o vácuo legislativo deixado pelo Congresso nacional que se omite do dever intransferível de fixar o papel das Forças Armadas e da defesa nacional. E da regulamentação desses e de outros pontos que definirão limites e espaços de ação e atuação.

Cabe ao poder político essa definição, mas este sistematicamente dele se aliena, como se comprova ao constatar que a Política Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa, que passaram a ser objeto de análise pelo Congresso Nacional pela Lei Complementar 136 de agosto de 2010, da qual fui relator na Câmara, não têm merecido qualquer atenção dos líderes, deputados e senadores.

A Política e a Estratégia em vigor é a de 2012, já que as atualizações quadrienais de 2016 e de 2020 permanecem em um limbo parlamentar anos a fio. Ora, a defesa nacional, *raison d'etre* do universo militar e dos militares, em nome da qual empenharão, se necessário, a própria vida, e que compreende a preservação do território, povo, cultura, recursos naturais e a soberania da Nação, é objeto de um desinteresse manifesto. (1)

Que juízo fazem disso os nossos militares? Sem procuração para tal e sem que os represente, afirmo que é o da irresponsabilidade política do Congresso com a

I4INTERESSE NACIONAL - JULHO - SETEMBRO DE 2022......

defesa da Nação. Isso reforça o sentimento histórico de que cabe aos militares a proteção e a tutela do Brasil, frente a possíveis ameaças. (2)

Quanto a presença dos militares em governos, em diversas pastas, é algo a ser regulamentado e se insere nesse contexto de omissão congressual. Afinal, pela nossa Constituição, cabe ao Congresso as mais extremas decisões que pode tomar a Nação sobre si mesma - entre as quais, a de fazer a guerra e declarar a paz, que podem comprometer a nossa existência, a integridade do nosso território e do nosso povo.

O Congresso, porém, permanece inerte, até porque nada lhe é cobrado, embora as críticas sobre os militares, a sua presença no governo, sejam diárias, como se a decisão de estar em qualquer governo a eles coubessem, o que não é verdade. Por fim, chega-se ao estresse do momento, objeto das atenções, o 'embate' entre o Tribunal Superior Eleitoral, de um lado, e o Exército e o Ministério da Defesa de outro.

Nesse caso, é necessário destacar dois aspectos. Um, o de que inexiste base constitucional para que os militares supervisionem as atividades do TSE ou do Supremo. Outra, que foram os militares convidados a participarem, ineditamente, do escrutínio da segurança das urnas, quando, anteriormente, suas funções se restringiam a assegurar a realização do pleito e o transporte das urnas, quando e onde solicitados pela justiça eleitoral.

■ TSE e participação das Forças Armadas

Ao TSE talvez tenha escapado que, ao convidar um representante das Forças Armadas para compor a Comissão de Transparência Eleitoral, dela também participaria toda a instituição, incluso o seu Comandante em Chefe, o Presidente da República, ainda que indiretamente, fazendo escalar as tensões e criando um foco de pressão do Planalto sobre os militares.

Nesse quesito é necessário trazer uma questão de fundo, a crítica contundente e aguda ao Supremo Tribunal Federal por parte dos militares da reserva e da ativa, sejam eles da Marinha, Exército ou da Aeronáutica. Hoje, para larga parcela da cúpula das Forças, o Supremo é um fator de instabilidade e de insegurança para o país – e tal juízo se baseia, dentre outros, em três pontos principais.

O primeiro é a insegurança jurídica, decorrente das constantes mudanças de entendimento sobre questões como o *vai e vem* em torno do trânsito em julgado, se ele seria válido já na segunda ou na terceira instância. Segue-se a invasão de

competências do Executivo, em especial em matérias privativas da presidência da República, a exemplo da suspensão da anistia e da nomeação do Ministro do Trabalho, no governo Temer e, no atual governo, a nomeação do Diretor Geral da Polícia Federal, além do inquérito das *Fake News*, que teria atropelado atribuição constitucional do Ministério Público Federal.

Por fim, a percepção de que a responsabilidade pelo ocaso da operação Lava Jato, em especial a decisão do Ministro Edson Fachin, de declarar Curitiba fórum incompetente, quatro anos após, abrindo caminho para a revisão de diversas ações, processos e decisões judiciais, a exemplo da condenação do ex-presidente Lula.

Esse conflito, envolvendo duas instituições de Estado, é grave e, de parte a parte, inexistem iniciativas perceptíveis na busca do diálogo e de sua superação, o que preocupa. Hoje, além da alienação do Congresso relativamente ao tema da defesa e das Forças Armadas, temos um contencioso que se aprofunda entre a cúpula destas e o STF. Tudo maximizado pelo clima de polarização e denúncias envolvendo e se iniciando na Presidência da República.

■ Despolitização das polícias

Esse tema, espero, venha a constar entre as prioridades da agenda de um futuro governo, além de outro, de extrema importância, que é a despolitização das polícias, em especial as polícias militares, que colecionam exemplos dessa distorção. Três deles: 1) a sucessão de greves, expressamente proibidas pela Constituição de 88, geralmente puxadas por líderes que já são ou buscam ser agentes políticos detentores de mandato parlamentar e que terminam com a anistia dos grevistas; 2) a proposta de lei geral das polícias, em tramitação, e apoiada pelas corporações, que retira poderes dos governadores e institui lista tríplice para a escolha dos comandantes, a ser votada pelo integrantes das PMs; 3) o processo de promoção do oficialato, objeto de barganha e pressões políticas intensas.

Uma regra simples e efetiva seria tornar norma que policiais, militares e agentes de Estado – em geral –, ingressando na política não retornem a suas corporações e que fosse fixado um período prudente de quarentena. Caso isso não seja politicamente viável, outras travas legais devem ser pensadas e instituídas. Agentes de Estado não podem, nem devem, utilizar-se das estruturas das suas respectivas instituições para fazer política eleitoral.

Retomando o fio dos militares e Forças Armadas, a dissociação destas *vis a vis* o poder político necessita ser superada. Ao Congresso cabe liderar, mediante diálogo com as Forças e a sociedade, um projeto de defesa que atenda aos interesses nacionais e nos dê capacidades dissuasórias frente a ameaças reais e/ou potenciais.

Nesse mesmo projeto, devem coexistir meios para que os militares tenham condições de trabalho condizentes com a sua missão, além de assegurarmos uma robusta base de defesa, focada na indústria, inovação e tecnologia.

Ao longo dos últimos 35 anos em apenas dois momentos isso foi observado. O primeiro, no governo Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Ministério da Defesa. O segundo, no governo Lula, com as supracitadas Política e a Estratégia Nacional de Defesa, submetidas ao Congresso Nacional, o que jamais ocorrera, e que deveria ensejar um diálogo histórico entre o poder político e as Forças Armadas.

Assim esperávamos. Esperança amplamente frustrada. Jamais o parlamento chamou os militares para dialogar sobre a defesa nacional, fez audiências, ouviu especialistas, a academia ou a sociedade. Produziram-se relatórios ou pareceres pífios, genéricos, meras cópias de trechos da própria obra Política e a Estratégia Nacional de Defesa.

O 'dialogo histórico' jamais ocorreu. Há que se dar razão ao professor Mangabeira Unger, que certa vez afirmou que as elites e o poder político "só querem apaziguar os militares, concedendo-lhes, aqui e ali, uma fragata, alguns tanques ou aviões", quando é da defesa do país que se trata.

Essa omissão tem diversas causas, pela ordem: (i) o sentimento de que o país não sofre ameaças, historicamente. Nossa última guerra, a do Paraguai, dista mais de 150 anos; (ii) defesa nacional não dá votos, não cativa o eleitorado; e (iii) inexistem cargos em comissão a nomear, *ergo*, 'territórios políticos' a capturar e seus correspondentes benefícios político-eleitorais.

Reverter tal quadro só será possível se nossas elites e o poder político em especial, tiverem um projeto consistente e moderno de defesa do país, articulado com uma política de relações exteriores que projete nossos interesses nacionais. Nesse sentido, e em relação a um futuro governo, minhas expectativas são mínimas. Nem o atual governo, nem a oposição e muito menos os 'presidenciáveis', esboçaram, até aqui, qualquer programa ou mesmo propósito sobre a defesa nacional e o papel das Forças. Esse nanismo programático, aliás, é escancarado nos sites e programas de todos os quase 30 partidos (!!!) que hoje temos.

Em suma, e espero estar enganado, pouco ou quase nada vai mudar na relação poder político versus Forças Armadas.

Repito que não vejo possibilidade de uma 'intervenção militar', como antecipam tantos 'analistas' da mídia. Inexistem condições externas para tanto, idem

..... VAI TER GOLPE? 17

motivações, processos ou planos internos das Forças. Vença quem vencer
a disputa presidencial, os militares terão o futuro presidente como o seu
Comandante em Chefe, como manda a Constituição. ■

■ Notas:

- 1. Esse padrão foi quebrado apenas ano passado por duas audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores da Defesa Nacional (Creden) por ocasião do recebimento da Política Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa relativa ao quadriênio 2020/2024.
- 2. Trata-se do registro de uma percepção sobre o ponto-de-vista dos militares, que não entra em seu mérito.

O centro democrático pode recuperar relevância política



■ FERNANDO LUIZ ÁBRUCIO é doutor em Ciência Política pela USP, professor e pesquisador da FGV-Eaesp, onde coordena o Centro de Estudos de Administração Pública e Governo. Foi pesquisador visitante no MIT. É membro do Conselho Consultivo do Todos Pela Educação e escreve quinzenalmente no jornal *Valor Econômico*

Participar de maneira decisiva do processo democrático vai além das vitórias eleitorais. Uma força política pode se tornar relevante para o jogo político por cinco razões: pela defesa da própria democracia (1); por sua capacidade de compreender o sentimento da população (2); por seu poder de influenciar a agenda pública (3); pela busca e conquista de cargos eletivos (4); e, caso derrotada na disputa eleitoral, pela maneira como atua como aliada ou adversária dos governos eleitos (5). Ocupar esses papéis envolve a definição de uma identidade política e estratégias de mais largo prazo.

Elencar as dimensões que tornam relevante um grupo político é uma tarefa essencial para o chamado centro democrático, por vezes autointitulado de terceira via. Isso porque seus principais partidos e líderes estão confusos e perdidos nos últimos quatro anos. Desde a derrota na eleição de 2018, nunca mais encontraram o eixo, cometendo dois erros estratégicos.

O primeiro foi privilegiar a briga pelo poder interno em vez de procurar um caminho unificador. Vários nomes foram lançados, o que muitas vezes significa não ter nenhum, e o conflito dentro do PSDB foi fratricida. Sabe-se que a construção de um nome nacional para a campanha presidencial depende de tempo, de modo que teria sido melhor lançar um candidato pelo menos um ano antes da eleição, especialmente porque o confronto seria com duas grandes lideranças populares como Lula ou Bolsonaro.

O segundo erro foi nem sempre delimitar nitidamente a diferença entre a posição centrista democrática e o Centrão. A oposição do centro democrático ao Governo Bolsonaro foi muitas vezes dúbia e algumas de suas lideranças, como o deputado Aécio Neves, beneficiaram-se de um governismo mal disfarçado em sua aliança com o presidente da Câmara, Arthur Lira. Outro partido que, em tese, comporia esse grupo, o União Brasil, tem boa parte de suas lideranças

apoiando o bolsonarismo. A liderança que mais marcou publicamente sua divergência com a presidência bolsonarista foi o governador paulista, João Dória, mas isso não o levou a ser um comandante inconteste dessa proposta de terceira via

Em poucas palavras, o centro democrático teve dificuldades de construir uma identidade comum e efetivamente distinta do bolsonarismo, trilhando o caminho contrário do lulismo, que unificou os partidos de centro-esquerda e montou sua plataforma política dos últimos anos em torno do antibolsonarismo. Isso explica, em parte, a posição eleitoral atual de cada um destes grupos.

■ Papel de guardiões da democracia

O conjunto de erros cometidos pelo centro democrático enfraqueceu sua posição política, mas é possível algum tipo de reconstrução política que aumente sua relevância nas eleições de 2022 e em qualquer cenário de 2023. Para tanto, deve dar conta dos cinco elementos elencados anteriormente como centrais para o jogo político.

Em primeiro lugar, o centro democrático deve se colocar ativamente como um dos guardiões da democracia. Muitos dos seus integrantes adotaram essa postura recentemente. No entanto, é possível ter uma posição institucional mais forte. Dada a profundidade da crise do sistema político brasileiro e a polarização eleitoral, o centrismo tem condições de liderar um bloco maior de partidos de vários espectros políticos em torno da defesa das regras do jogo, do processo eleitoral e contra qualquer golpe que o presidente Bolsonaro eventualmente busque implementar no país.

Na verdade, a desinstitucionalização do país e a fragilização da democracia já começaram no Brasil. A criação do orçamento secreto, a destruição de várias políticas públicas, o fechamento de vários canais de participação da sociedade nas decisões governamentais, o enfraquecimento dos órgãos de controle e a constante ameaça ao TSE e ao STF, incitando bolsonaristas que atuam na guerra da infâmia na internet e estão fortemente armados, são pontos que mostram que Bolsonaro vem traçando um caminho autocrático. Uma tentativa golpista não seria, desse modo, um raio em céu azul.

Por isso, todos os candidatos antibolsonaristas deveriam escrever um manifesto em defesa do regime democrático, dizendo neste documento que têm diferenças entre si, mas que vão lutar juntos para evitar qualquer retorno do autoritarismo no país. Se as lideranças do centro democrático estiverem entre os que comandam esse processo de resistência, sairão, em qualquer circunstância,

como vencedores e como relevantes para o conjunto do sistema político, bem como para toda a sociedade.

O segundo elemento fundamental para a reconstrução da relevância do centro democrático é melhorar sua leitura do estado de espírito da população brasileira na atualidade. Embora tenha quadros sofisticados, com experiência governamental e grande capacidade formuladora, o centrismo parece hoje estar numa bolha elitista, não compreendendo a profundidade da crise social brasileira. Para ter votos, apoios e influência, é fundamental ser popular, algo que o centro democrático não tem conseguido ser.

Mais do que os números da economia, que já são muito ruins no momento, é o aumento da miséria, da fome e, sobretudo, da desesperança que marca grande parte do eleitorado, particularmente as classes D e E. Na verdade, a desilusão com o país também abarca setores das classes C e B, porque a promessa de ascensão social, para a primeira, e de uma vida melhor para os filhos, para a segunda, estão sendo sepultadas pelo bolsonarismo. Pesquisas qualitativas têm apontado uma visão que resume o sentimento majoritário do eleitorado: as pessoas estão indignadas, à flor da pele, e estão querendo alguém que as defenda não só com ideias, mas com empatia e emoção.

Há uma grande parcela da população que se coloca como antipetista, mas a maior parte do eleitorado é, hoje, profundamente antibolsonarista, não compactuando com os valores defendidos pelo presidente Bolsonaro – como o uso das armas e sua visão beligerante de mundo – e recriminando os resultados das políticas públicas em áreas sensíveis aos mais pobres, como educação, saúde, moradia e, especialmente (mas não só), bem-estar econômico. Esse é o espírito da época atual, e o centro democrático tem de incorporar esse diagnóstico para produzir uma ação política popular, empática, emotiva e, obviamente, mas não de forma solitária, orientada por boas ideias.

O principal atributo do centro democrático no momento em que a polarização política domina o cenário é tentar melhorar o debate público. Esse é o terceiro elemento que pode ajudar a fazer um aggiornamento na imagem do centrismo para o conjunto da população.

■ Agenda sofisticada para políticas públicas

No momento, há, de um lado, o bolsonarismo defendendo ideias de extrema direita vinculadas à guerra cultural e um caminhão de loucuras populistas no plano econômico. De outro, situa-se o lulismo, que pretende fazer uma campanha mais propositiva, denunciando a enorme quantidade de erros do Governo Bolsonaro

em políticas de saúde, educação, cultura, meio ambiente e defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que utiliza uma estratégia mais defensiva no campo econômico, apontando a piora da qualidade de vida de quase todos os brasileiros, sem apresentar um plano estruturado para tirar o país desse buraco. Como Lula, efetivamente teve, em geral, um comportamento responsável na economia e conseguiu bons resultados em termos de crescimento dos empregos e da renda, seu discurso será que ele não fará algo diferente do que já fez quando esteve no governo – pena que o Brasil estará numa situação bem pior em 2023 do que estava em 2003.

Neste jogo político, cabe ao centro democrático apresentar uma agenda mais sofisticada de políticas públicas, mostrando o que pode ser feito para que o país possa adotar um rumo diferente do atual. O risco aqui é parecer muito conservador num país que está à beira de um ataque de nervos. Por essa razão, é preciso construir um discurso que compatibilize a responsabilidade econômica e o uso de evidências e de experiências nacionais e internacionais bem-sucedidas com uma postura de maior sensibilidade social. A desigualdade, em suas diversas dimensões, deve ocupar um lugar bem maior na agenda centrista do que ocorreu nos últimos anos.

Mesmo que perca as eleições, o centrismo pode influenciar positivamente o país e o próximo governo se for capaz de apresentar uma agenda detalhada e bem montada de políticas públicas, mas que se sustente num olhar generoso, e não pretensioso, de diálogo social. Essa conversa estruturada por ideias pode, inclusive, fazer com que o lulismo ouça mais o centro democrático, de modo a ter de incorporar efetivamente uma parte de suas propostas, algo que, por ora, está apenas no terreno das promessas eleitorais. De todo modo, cabe lembrar que muitas pesquisas qualitativas mostram uma percepção de que esses partidos de centro têm boas ideias, mas não conversam com ninguém, seja para convencer, seja para aprender com a sociedade. Talvez esta seja a lição maior que uma perspectiva mais tecnocrática que dominou o tucanato deva aprender no atual contexto eleitoral.

A conquista de uma posição de maior relevância passa, ainda, pela apresentação de uma candidatura unificada do centrismo democrático, um quarto e decisivo ponto no caminho da recuperação de espaço político. O mais provável é a junção entre PSDB, MDB e Cidadania, com espaço para outros aliados, em torno do nome da senadora Simone Tebet. Suas chances de vitória são claramente menores do que as de Lula e Bolsonaro, particularmente porque o centro apresentou-se tarde demais para o eleitorado brasileiro. Todavia, qualquer eleição abre algum espaço para surpresas e fatos novos. Mas para que a sorte sorria à Tebet, é preciso que sua campanha entenda o que está em jogo na cabeça do eleitor.

■ Aproveitar a fragilização eleitoral bolsonarista

O caminho que pode levar a um crescimento maior da candidatura do centro democrático passa pelo provável desgaste do bolsonarismo nos próximos meses, em especial pela piora da sensação de bem-estar da população. Se esse diagnóstico estiver correto, o mote da campanha não deve ser primordialmente o de uma terceira via diante da polarização. Simone Tebet tem que crescer aproveitando-se da fragilização eleitoral do presidente Bolsonaro; essa é sua única via de subida. Ressalte-se claramente: em termos de conquista de votos, o concorrente principal do centrismo não é Lula, mas o atual incumbente.

Mas não se trata de criar uma polarização com o bolsonarismo, pois a maioria dos eleitores conquistáveis pelo centrismo está hoje, de forma envergonhada ou por falta de opção, com Bolsonaro. O espantalho a se bater é a situação econômica e social do país, que deve ser ressaltada como trágica e de responsabilidade do presidente da República. A única chance de Simone Tebet é apresentar-se de uma dupla maneira, o que é compatível com sua imagem pessoal: como um quadro experiente e capaz de produzir soluções adequadas ao país, mas montando essa identidade em torno do componente emocional que uma candidata mulher pode propor a um país que está à flor da pele. Uma campanha meramente racionalista, como têm feito todas as lideranças do centro democrático, terá poucas chances de furar a polarização.

Tomando como base o retrato atual e as condições mais estruturais, de fato os favoritos são, pela ordem, Lula e Bolsonaro. Não obstante, o centro democrático tem de se apresentar para ganhar eleitores, que podem não votar agora em Simone Tebet, mas podem migrar num futuro próximo do bolsonarismo para o centrismo. Além disso, há candidaturas em estados importantes da Federação, como Rio Grande do Sul e São Paulo, que podem se beneficiar de uma candidatura propositiva, antibolsonarista (os maiores adversários dos candidatos dessa coligação serão apoiados pelo Palácio do Planalto) e que procure chegar, por empatia e emoção, nas camadas mais populares. Conquistar as governadorias nestes colégios eleitorais é uma garantia de sobrevida mais ampla ao centrismo.

Caso haja um segundo turno sem Tebet, o centro democrático terá, dessa vez, que apoiar mais nitidamente um candidato – no caso, o que tiver mais comprometido com a democracia. Num cenário como esse, é possível demarcar as diferenças com o petismo, mas também procurar influenciar a agenda do lulismo, o que realçaria a centralidade desse grupo político no próximo mandato. As opções desastrosas seriam a alienação eleitoral, o que só fortaleceria a polarização, e o apoio escondido, o que não gera um acréscimo de poder dentro do sistema político.

Já se apresenta aqui o cenário que o centro democrático poderá enfrentar, no qual precisará saber como se posicionar como oposição ou até aliado do próximo governo. Essa é a última e mais difícil dimensão que precisa estar no radar dos centristas. Uma vitória de Bolsonaro provavelmente resultaria num mandato mais radical contra a democracia e mais populista no plano econômico. Neste caso, colocar-se desde o início como um defensor da democracia e adotar uma postura oposicionista mais firme são fundamentais para a sobrevivência desses partidos, nem que isso custe a perda de políticos para o Centrão. O caminho oportunista do poder deve ser completamente rechaçado se PSDB, MDB e Cidadania quiserem existir, com alguma relevância, no futuro.

O posicionamento em relação a um possível Governo Lula é mais complexo. Claro que o caminho de uma oposição pura pode ser a opção, caso o lulismo não abra espaço para o diálogo programático sobre a agenda governamental, ou se o novo governo optar pelo Centrão como suporte para a governabilidade. Só que a história pode ganhar outro formato, abrindo um caminho de conversa e de alianças pontuais. Nesta situação, se o centrismo souber mostrar que está jogando a favor do país e sendo decisivo na construção conjunta de soluções, em que todos cedem um pouco, aí será um erro optar apenas pelo oposicionismo.

Ao lidar com essas cinco dimensões a partir das quais é possível recuperar relevância política, o centro democrático poderá aproveitar o frescor de uma candidatura presidencial feminina, a força em alguns colégios eleitorais importantes e a oportunidade de conversar com a sociedade, especialmente para ganhar uma imagem popular, e assim sair da enorme crise de identidade na qual está inserido desde 2018. Em meio a esse processo, outro problema se colocará como urgente: a necessidade de renovação de quadros, com a esperança de emergirem boas lideranças para além do fator etário. MDB e PSDB envelheceram mal, principalmente na forma como veem a sociedade ao seu redor.

O grande desafio do centro democrático, que aparecerá claramente durante as eleições, será conjugar credibilidade e boas ideias com maior inserção social e aumento do diálogo com as forças democráticas. Ganhar é, sem dúvida, uma forma de se tornar mais relevante politicamente, mas ampliar os laços populares e a influência sobre outras forças políticas é outra forma de conquistar prestígio agora e no futuro próximo.

As diferenças das agendas de Bolsonaro e Lula



■ THOMAS TRAUMANN é jornalista, pesquisador da FGV-DAPP e consultor. Foi ministro de Comunicação Social e autor do livro "O Pior Emprego do Mundo", sobre ministros da Fazenda

Faltando meses para as eleições, é ingênuo tentar inferir o plano de governo dos dois candidatos favoritos. Mas há algumas pistas do que está sendo debatido nas campanhas

Logo no início do governo Geisel (1974-79), com a primeira crise do petróleo chacoalhando a economia mundial, o então ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso foi designado a produzir o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que propunha "cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento", com uma impossível previsão de crescimento do PIB de 10% ao ano. Perguntado sobre o que achava dos planos grandiosos do II PND, o então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que era genial e genioso em doses iguais, foi irônico: "Não leio ficção".

A anedota serve para dar a dimensão do desafio que os candidatos a presidente têm ao enunciar seus programas. Se já era quase impossível a um governo com os poderes ditatoriais dos anos 1970 produzir um programa crível de ações, a missão é ainda mais difícil ao Brasil de 2022. A pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia provam que qualquer plano feito hoje pode perder o sentido ao longo do próximo mandato.

Com essas ressalvas, aceitei o desafio de tentar produzir um guia básico sobre as intenções das duas candidaturas favoritas nas eleições de outubro. Peço ao leitor gentileza e paciência. Escrever sobre o futuro é caminhar sobre o gelo fino de olhos vendados

Conversei nas últimas semanas com ministros, ex-ministros, assessores e parlamentares das campanhas do presidente Jair Bolsonaro e do ex-presidente Lula da Silva não para antecipar detalhes dos programas de governo que serão divulgados nos próximos meses, mas para entender as diferenças de compreensão que os dois candidatos têm dos grandes problemas. Faltando meses para as eleições, seria ingênuo tentar inferir detalhes do que será executado em um, dois, três ou quatro anos.

Planos eleitorais, na prática, não foram feitos para serem executados. Tirá-los do papel para a ação depende de circunstâncias políticas e econômicas que muitas vezes estão fora de controle. Fernando Henrique Cardoso genuinamente supunha que teria um segundo mandato de crescimento econômico, enquanto a realidade o transformou por quatro anos em um gerente de crises. Dilma Rousseff sequer terminou o seu mandato da reeleição. Fossem quais fossem as intenções originais de Jair Bolsonaro ao ser eleito, nenhum plano ficaria de pé depois da emergência da Covid-19. Por isso, creio que detalhar a promessa do indicador de dívida pública de 2026 uma futurologia inútil. O importante não é o indicador x ou y de crescimento do PIB ou número de empregos, mas tentar expor como as duas campanhas entendem o País e como essas visões acarretarão decisões distintas quando os problemas forem enfrentados. Espero ter obtido algumas pistas do que está sendo debatido nas campanhas.

Para facilitar a comparação, dividi os projetos por temas que foram debatidos com as duas campanhas.

■ Relação com o Supremo Tribunal Federal e PGR

O presidente que assumir terá o direito de indicar dois ministros do STF no primeiro ano de governo. Em maio, Ricardo Lewandowski se aposenta. Em outubro, será a vez de Rosa Weber.

Bolsonaro – O STF é considerado no Palácio do Planalto o maior foco de resistência ao governo Bolsonaro. Nomear dois novos aliados ainda é considerado insuficiente para superar o que os bolsonaristas chamam de *oposição ativa*. A alternativa favorita no governo é que Bolsonaro, uma vez reeleito, envie projeto ampliando a Corte dos atuais 11 membros para 15 integrantes. Neste caso, um Bolsonaro reeleito poderia indicar seis ministros do STF ao longo do mandato que somados aos dois nomeados no primeiro mandato lhe dariam maioria.

Bolsonaro repetiu várias vezes em conversas internas que a nomeação de Augusto Aras como procurador-geral da República foi das suas melhores decisões.

Lula – Há um consenso no Partido dos Trabalhadores que dos maiores erros dos 13 anos de poder foi a *indicação republicana* de ministros do STF. Os julgamentos do impeachment de Dilma Rousseff, as várias decisões favoráveis às investigações da Operação Lava Jato e a condenação de Lula à prisão são citados como exemplos de que os governos petistas foram *ingênuos*. Esta conclusão não mudou nem com a anulação do julgamento de Lula e as várias decisões do STF contrariando o governo Bolsonaro. Indicar ministros do STF e um procurador-geral vinculados ao governo será condição inegociável de um novo governo do PT.

26nteresse nacional – julho – setembro de 2022.......

■ Relação com o Congresso

Nos últimos dez anos, o Congresso assumiu um protagonismo inédito. Novas leis restringiram a edição e efetivação das medidas provisórias e as emendas impositivas tornaram os parlamentares mais independentes da troca de favores do Executivo. Parte dessa independência se deve às emendas do relator do Orçamento, uma fórmula para que o Congresso passasse a determinar a execução de emendas do Orçamento sob controle direto dos presidentes da Câmara e do Senado. Batizado de orçamento secreto por terem baixa transparência e nenhuma proporcionalidade no formato de distribuição, as emendas parlamentares somam R\$16,5 bilhões neste ano.

Bolsonaro – Será mantida a atual relação de simbiose com o presidente da Câmara, Arthur Lira. No Senado, Bolsonaro tentará pela terceira vez eleger um representante que, dessa vez, não se torne independente depois de empossado.

Lula – O candidato já anunciou que tentará acabar com as emendas de relator do Orçamento. É improvável que consiga, mas o desgaste com deputados será certo. Se eleito, a coalização em torno de Lula irá se unir em torno de um candidato para enfrentar Arthur Lira. A reeleição de Rodrigo Pacheco, no Senado, é dada como certa.

■ Militares

Com as Forças Armadas sendo usadas por Bolsonaro para colocar em dúvida a isenção da Justiça Eleitoral, a recomposição do papel dos militares será um desafio delicado em um governo de oposição.

Bolsonaro – Os generais serão o ponto de equilíbrio do governo em relação ao Centrão. O candidato a vice-presidente Braga Neto terá um papel relevante, ao contrário do que ocorreu com Hamilton Mourão.

Lula – Vai retirar os militares das funções civis, incluindo o Ministério da Defesa, mas tentará evitar confrontos. Sairão de cena ideias defendidas pelo PT depois do impeachment, como a mudança do currículo das escolas militares e no método de promoção dos oficiais.

■ Eixos da Economia

Todas as pesquisas mostram a insatisfação popular com a economia. 60% dos brasileiros acham que o país está no rumo errado e temas como inflação, desemprego e miséria dominam as preocupações dos eleitores. O presidente que assumir em 2023 terá a urgência de gerar mais investimentos.

Bolsonaro – O ministro Paulo Guedes quer lançar um "Plano de Reconstrução Nacional", um fundo baseado inicialmente nos recursos das vendas participações do BNDES e BNDESPar como a Petrobras, JBS, Marfrig e, depois, em dinheiro vindo de privatizações. Metade dos recursos do Plano iria para o pagamento de dívida pública, um quarto para um Fundo de Erradicação da Pobreza (a ser criado) e um quarto para financiar obras federais.

Lula – O governo vai iniciar com um forte programa de combate à miséria, retomando o nome Bolsa Família e uma espécie de novo PAC, projeto para financiar grandes obras. Os recursos viriam em parte da redução das reservas internacionais, do aumento da dívida pública e de impostos.

■ Política Fiscal

Bolsonaro – Apesar das estimativas pessimistas, o Ministério da Economia acredita que o déficit primário vai ficar nos mesmos 0,4% de 2021 e dívida pública bruta em torno de 80%, considerada "administrável".

Lula – O candidato já anunciou repetidas vezes que vai acabar o Teto de Gastos e não enviar novo mecanismo de controle das despesas públicas. Isso significa que um governo teria metas de resultado primário, com projeções de despesas não incluindo os investimentos públicos.

■ Reforma Tributária

Bolsonaro – O governo defende o projeto que taxa dividendos e lucros de empresas, já aprovado na Câmara. Não há consenso sobre reforma tributária.

Lula – Tentará aprovar o projeto Appy da Reforma Tributária, que unifica o ICMS em um novo imposto de valor agregado. Vão apoiar a cobrança de impostos sobre dividendos e lucros, além de taxar heranças.

■ Política Social

Bolsonaro – Vai manter o Auxílio Brasil, podendo decretar o reajuste anual pela inflação. O Auxílio seria sustentado extra orçamento pelo dinheiro da venda de estatais.

Lula – Os petistas querem acabar com a fila de mais de 1 milhão de famílias do Auxílio Brasil e retornar a busca ativa de novos beneficiários. Isso pode ampliar o programa de 17 milhões para 20 milhões de famílias em meses. O Auxílio Brasil

28 INTERESSE NACIONAL – JULHO – SETEMBRO DE 2022.....

voltará a ser chamado de Bolsa Família e serão retomadas as condicionantes de as famílias só receberem se mantiverem filhos na escola e com vacinação em dia.

Privatizações

Bolsonaro – Tentará vender a Petrobras ou ao menos ceder o controle da companhia para investidores privados. Serão retomados os planos de privatização dos Correios

Lula – Não haverá venda de estatais. Se até a posse a Eletrobras for vendida, o governo vai tentar recuperar o controle.

Relações Exteriores

Bolsonaro – Manter a política de baixo perfil do atual chanceler Carlos França e aguardar uma eventual volta de Donald Trump à presidência dos EUA.

Lula – A noção geral é a volta do multilateralismo dos anos PT, ressaltando a aproximação com os vizinhos sul-americanos. Haverá defesa da ampliação do Brics para equilibrar o poder chinês, mantendo o discurso Sul-Sul do início do século.

A agenda ambiental será um ponto em comum com a diplomacia americana.

■ Meio Ambiente

Bolsonaro - Se reeleito, Bolsonaro terá o aval para aprovar no Congresso e executar o plano de concessão de áreas de garimpo em terras indígenas e de redução de exigências ambientais em obras de infraestrutura. O atual plano de asfixia dos órgãos ambientais será acelerado.

Lula – A gestão será de confronto com fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e grileiros na Amazônia Legal. Haverá recomposição dos poderes dos órgãos ambientais e incentivo às operações policiais logo no início do mandato.

■ Comunicação

A renovação da concessão da TV Globo vence em 15 de outubro, entre o primeiro e o segundo turno. O presidente e o Ministério das Comunicações devem dar uma indicação sobre a renovação da outorga, mas a posição final é do Congresso Nacional.

Bolsonaro – O presidente, pessoalmente, quer impedir a renovação da concessão da Globo, mas avalia que o projeto não tem maioria no Congresso. Um projeto

alternativo do Ministério das Comunicações é o de acabar com o monopólio nacional de concessões de rádio TV, autorizando que investidores estrangeiros possam ter o controle de licenças. O setor de telecomunicações é um dos últimos monopólios de investidores nacionais definidos na Constituição.

Lula – A prioridade será revisar o Marco Civil da Internet para punir criminalmente a distribuição de notícias difamatórias e ampliar as restrições das grandes plataformas – Google, Meta e Twitter.

O projeto de regulamentação dos meios de comunicação, inspirado na *Ley de Medios* do governo Kirchner, ficou em segundo plano com a saída do ex-ministro Franklin Martins da coordenação da campanha lulista.

No clássico aforismo de Ivan Lessa "de 15 em 15 anos, o Brasil esquece o que aconteceu nos últimos 15 anos". Mas não é só. De quatro em quatro anos, o país enxerga nas eleições presidenciais uma bifurcação histórica onde uma decisão a favor de x ou y pode levar o Brasil para o abismo ou a um nirvana, dependendo da opção política. O ano de 2022 será de mais uma eleição assim. Os corações e mentes já estão divididos e, assim como aconteceu nos Estados Unidos depois da eleição de 2020, dificilmente haverá uma recomposição. O País terá de se acostumar a tempos polarizados.

30Interesse nacional – julho – setembro de 2022.....

Transição energética cria oportunidade para o Brasil tornar-se grande player da energia verde



■ Marcos Sawaya Jank é professor de Agronegócio do Insper e coordenador do Centro Insper Agro Global. Trabalhou nos EUA, Europa e Ásia. É engenheiro agrônomo, mestre em política agrícola em Montpellier-França, doutor pela FEA-USP e livre-docente pela ESALQ



■ CLAUDIA CHERON KOENIG é doutora em Administração pela Universidade de São Paulo e mestre em Negócios Internacionais pela Universität Erlangen-Nürnberg, Alemanha, com pós-doutorado em Economia das Organizações pela USP



■ **LEANDRO GILIO** é economista e mestre e doutor em economia pela ESALQ-USP e pesquisador sênior do Insper Agro Global

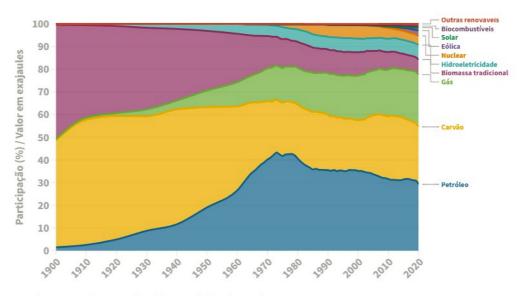
Nos últimos meses o mundo, sobretudo a Europa, viu a necessidade de acelerar a transição energética e reduzir a emissão de gases de efeito estufa. O contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia evidenciou que, muito além da redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE), a transição energética é fundamental para que os países possam garantir a segurança energética e diminuir a dependência em relação a combustíveis fósseis, principalmente importados da Rússia. A falta de alternativas energéticas torna urgente a busca por soluções viáveis e desperta o interesse por tecnologias que, até então, se mostravam financeira e tecnicamente pouco atraentes.

Os combustíveis fósseis continuam sendo fonte de 85% da matriz energética mundial, apesar da alta dos preços e das pressões pela redução das emissões de GEE (*gráfico 1*). No que se refere a transportes, o mundo tende ao caminho da eletrificação, mas essa solução incorre em custos elevados e exigirá vultosos investimentos nas próximas décadas, principalmente na extração de metais raros para a construção das baterias, na montagem da infraestrutura elétrica e de manutenção de uma rede energética, que ainda é abastecida por energia essencialmente fóssil em âmbito global. É neste contexto que o uso do hidrogênio

(H2) pode ser o próximo passo tecnológico necessário e se tornar uma alternativa viável em alguns países nos próximos anos, entre eles o Brasil.

■ Gráfico 1 – Consumo global por fonte de energia

Quantidades estimadas e convertidas em exajaules equivalentes



Fonte: bp Statistical Review of World Energy (julho de 2021)

https://public.flourish.studio/visualisation/10191606/<div class="flourish-embed flourish-chart" data-src="visualisation/10191606"><script src="https://public.flourish.studio/resources/embed.js"></script></div>

Mas qual é o potencial do hidrogênio? Apesar de ser o elemento mais abundante no universo e essencial para a vida, o hidrogênio puro é muito escasso na Terra. Diferentemente do petróleo, que é uma fonte de energia primária, o hidrogênio é um 'transportador de energia', produzido a partir de outras moléculas, como as de combustíveis fósseis, biomassa ou água. As leis da termodinâmica determinam que a produção de hidrogênio, a partir de um desses precursores, sempre exigirá mais energia do que a obtida no seu uso. Por isso, o hidrogênio é empregado apenas em processos em que a adição química de seus átomos é essencial, como a fabricação de amônia para fertilizantes e de metanol para uso em plásticos e explosivos.

Mas essa realidade está mudando. Com o ganho de escala e a queda nos preços da eletricidade renovável, além do desenvolvimento de eletrolisadores mais eficientes e baratos, o preço do hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis está caindo. Isso o coloca como um dos maiores aliados na descarbonização da economia, já que, diferentemente de carvão, petróleo e gás natural, que quando

queimados geram dióxido de carbono e aquecem o planeta, o hidrogênio tem como resíduo água pura e potável.

De acordo com projeções realizadas pela consultoria McKinsey, em fevereiro de 2021, a demanda por hidrogênio deve crescer pelo menos seis vezes até 2050, subindo dos atuais 80 para 536 milhões de toneladas/ano, dependendo da sua aceitação na indústria pesada, no setor de transportes e na indústria química e de refino. Isso porque, mesmo com o ganho de escala das energias renováveis, há partes da economia que parecem resistir à eletrificação, como a siderurgia, que usa substancialmente o carvão na fabricação de aço e cimento em processos que exigem altas temperaturas — difíceis de serem obtidas com eletricidade, mas não com o hidrogênio. Exemplo disso é o projeto piloto da SSAB, que produzirá 5 milhões de toneladas/ano de aço plano à base de hidrogênio verde até 2030, no norte da Suécia. Apesar de ser uma quantidade ainda pequena, é significativa se considerarmos o consumo anual da União Europeia, de 90 milhões de toneladas.

■ A guerra pode acelerar o processo

O desenvolvimento do mercado de hidrogênio nos últimos dois anos foi impressionante, e a invasão da Ucrânia pela Rússia só vai acelerar o processo. Do final de 2019 até hoje, foram mais de 350 projetos de grande escala anunciados em toda a cadeia de valor, com uma previsão de US\$ 500 bilhões em investimentos, 85% localizados na Europa, na Ásia e na Austrália. Esperam-se mais de US\$ 160 bilhões em investimentos até 2030. Governos de todo o mundo já se comprometeram com US\$ 70 bilhões.

Com o apoio público, futuras regulamentações ambientais, precificação rigorosa de carbono e estrutura regulatória estimulando a demanda, o custo de produção de hidrogênio renovável pode cair mais rápido do que o estimado. Isso tornaria o hidrogênio uma das soluções de baixo carbono mais competitivas até 2030 em setores como transporte rodoviário de longa distância e aço – que sofrem com as limitações da eletrificação pura.

Montadoras tradicionais, como a Volvo e a Daimler-Benz, na Europa, além de *startups* como a Hyzon, estão na corrida para fazer caminhões pesados movidos a hidrogênio. Apesar de a célula de combustível a hidrogênio aumentar o preço e a complexidade de um veículo elétrico, os pesados, que percorrem longas distâncias, seriam beneficiados, visto que não precisariam depender da rede elétrica, baixa autonomia e do ainda elevado tempo de recarga das baterias. O hidrogênio é muito mais denso em energia, o que significa que em um sistema de armazenamento de alta pressão, ocupa muito menos espaço e fornece autonomia muito superior às baterias. A americana Cummins, que tem foco em veículos

pesados, já aposta que caminhões movidos a hidrogênio terão o mesmo valor dos caminhões a diesel no custo total de propriedade até 2030.

Cenário semelhante se desenvolve para o transporte ferroviário. A Boston Consulting Group (BCG) avalia que o hidrogênio pode ser competitivo em preço com outras formas de abastecer trens até 2030, mesmo sem precificação de carbono. A francesa Alstom, maior fabricante de trens fora da China, já opera trens movidos a hidrogênio na Alemanha e estima que, até 2035, substituirá grande parte da frota de 5.000 trens a diesel na Europa.

O mesmo movimento se observa nos veículos de passeio. Apesar de o futuro da eletrificação dos carros nas cidades ser inquestionável, apenas algumas empresas automotivas têm investido seriamente em hidrogênio em carros. A Toyota tem a meta de utilizar um mix de soluções para reduzir a emissão de CO2, além de desenvolver um esforço mais amplo para comercializar a tecnologia de células de combustível a hidrogênio no Japão, país que desativou todas as suas usinas nucleares e importa a maior parte de seus combustíveis fósseis. A ideia é encontrar a tecnologia adequada para cada país. A empresa já tem disponível ao consumidor o modelo Mirai (movido a hidrogênio), elétricos, hibridos flex e, agora, avalia a possibilidade de híbrido de etanol com célula de combustível.

A Nissan também aposta nessa tecnologia e a vem desenvolvendo, em parceria com a Unicamp, um veículo híbrido de etanol com célula de combustível que já alcança 600 km de autonomia com o uso de 30 litros de etanol para a obtenção do elemento energético. Em emissões, o sistema libera pelo escapamento vapor de água e CO2 na mesma condição em que é encontrado na atmosfera. Portanto, o gás é reabsorvido pela cana de açúcar na produção, resultando em ciclo de carbono neutro. Já a Volkswagen aposta em um mix de veículo elétrico na cidade, híbrido para viagens maiores e células de combustível para distâncias acima de 250 km.

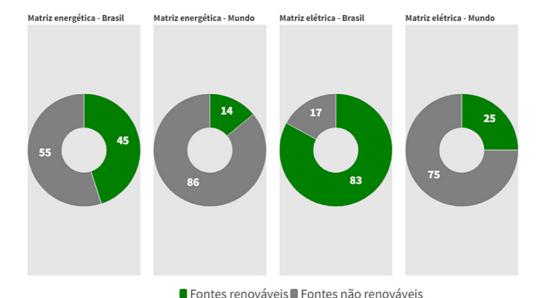
■ Barreiras no custo de produção

Apesar do imenso potencial do hidrogênio, o processo de produção requer combustíveis ou muita eletricidade. Mesmo que a fonte energética usada no processo de eletrólise seja renovável, o volume liberado de energia no uso do hidrogênio será inferior ao que entra na sua produção, o que alguns sugerem ser apenas um desperdício de energia renovável.

Porém, o cenário é diferente quando olhamos para um país com energia renovável abundante como o Brasil. Com uma matriz energética entre as mais limpas do mundo, composta por 45% de renováveis, e uma matriz elétrica com mais de 80% proveniente de fontes limpas (*Gráfico 2*), o país tem enorme

potencial de produção desse "petróleo verde". Poderíamos rodar uma usina de hidrogênio verde por 24 horas, sem interrupção, uma vez que temos diversas fontes renováveis que se complementam. Apesar da sazonalidade das fontes renováveis, temos a grande vantagem da biomassa, que pode ser estocada e utilizada nos momentos que se desejar. Além disso, pensando em todos os aspectos ambientais, a produção de hidrogênio a partir de biomassa também tem vantagens em relação à produção baseada em energia nuclear, que é o caso de alguns países da Europa. A demanda potencial por hidrogênio é gigantesca e, para supri-la até 2050, será necessário utilizar todas essas tecnologias de forma complementar.

■ Gráfico 2 – Matrizes energéticas e elétricas (participação por grupo) Valores em percentual, comparação do Brasil com a média mundial, dados de 2019



Fonte: IAE (2020)

https://public.flourish.studio/visualisation/10191695/<div class="flourish-embed flourish-chart" data-src="visualisation/10191695"><script src="https://public.flourish.studio/resources/embed.js"></script></div>

O mercado de hidrogênio está se estruturando com a precificação por níveis de pureza diferente, quando se computa o CO2 emitido, baseado em sua fonte de produção. Em pesquisa realizada pela KPMG em 2021 sobre as diversas fontes de produção de hidrogênio no país, especialistas do setor mencionaram resíduos orgânicos (50,1%), sol (43,3%), etanol (39,5%), água (32,7%), vento (30,2%) e gás natural (17,0%) como alternativas viáveis no Brasil, e, focando no grupo dos executivos, o etanol aparece como principal fonte, seguido pelos resíduos.

A Bloomberg NEF prevê que o Brasil tem potencial para ter o hidrogênio verde mais barato do mundo até 2050. Isso mostra o potencial que essa transição energética mundial pode trazer ao país. Além da possibilidade de se tornar um exportador dessa *commodity* verde e sustentável, ainda teríamos a chance de aproveitar o mercado para desenvolver uma de nossas regiões mais carentes, uma vez que sol e vento são abundantes no nordeste do Brasil, por exemplo. O hidrogênio também representa uma grande oportunidade para o agronegócio, um dos setores mais competitivos do país. Ao contrário do que poderia se imaginar, o hidrogênio não compete com os biocombustíveis, mas pode complementá-lo e abrir novas oportunidades ao setor.

A biomassa residual gerada no processamento industrial da cana-de-açúcar tem aproveitamento energético, sendo destinada ao autoconsumo e à produção de excedentes de energia elétrica. Segundo a Abiogás, o potencial de produção de biogás e biometano no Brasil está estimado em 120 milhões de m³/dia. Esse volume significa quatro vezes a capacidade do gasoduto Brasil-Bolívia e equivale a 44% do consumo de diesel do país. Diferentemente do gás fóssil, que é distribuído na região costeira onde há gasoduto, o biogás e o biometano chegam ao interior porque são gerados dentro do país, com o aproveitamento de resíduos sólidos urbanos e resíduos agroindustriais. O biogás tem a vantagem, além disso, de não ter material particulado e reduzir a poluição com queima de óleo diesel para geração de eletricidade. Dessa forma, o biogás resolve dois problemas: neutraliza a carga poluidora de efluentes e gera energia, possibilitando a produção de hidrogênio, gerando receita por meio de resíduos.

■ Uso de etanol nos veículos elétricos

Outro caminho é a utilização do etanol diretamente em veículos elétricos movidos a célula de combustível. O mecanismo de funcionamento é relativamente simples: um tanque de combustível é conectado a um reformador catalítico, onde o álcool — puro ou com até 55% de água — é aquecido e tem suas moléculas quebradas, num processo que resulta em hidrogênio, oxigênio e carbono. Os elementos são enviados para a célula de combustível, que transforma os dois primeiros em água e isola o hidrogênio, que é transformado em energia na célula de combustível. A eletricidade gerada é armazenada na bateria e transferida ao motor. Princípio similar ao da pilha, com a diferença de que a célula a combustível apenas converte a energia, mas não consegue armazenála. A transformação do hidrogênio pelo etanol garante alto desempenho, sem a necessidade da produção de hidrogênio puro, de uma infraestrutura de abastecimento e armazenamento do gás, e, dependendo do catalisador, seria possível fazer o flex do etanol com o metano.

Mas vale ressaltar que, apesar do imenso potencial, a viabilidade da produção do hidrogênio dependerá da 'construção' de um novo ecossistema e de uma

política em que ele tenha papel pré-definido, no qual, mais do que solução para o transporte, seja um sistema de armazenamento e fonte de energia para a matriz industrial. Ou seja, o país terá que desenvolver infraestrutura logística, capacitação de recursos humanos e políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da cadeia.

Já temos vários projetos-pilotos no país, inclusive com estação de produção e abastecimento de hidrogênio baseados em hidrelétricas. Em fevereiro de 2021, o Ceará colocou o Brasil no mapa de grandes projetos mundiais, criando o primeiro hub de hidrogênio verde no país. O estado já assinou com 17 empresas e receberá investimento de 20 bilhões de dólares. Nessa mesma toada, o Rio Grande do Norte e o Rio Grande do Sul assinaram memorandos de entendimento para a produção de hidrogênio e amônia verde nos estados. Porto Açu (RJ) e Porto de Suape (PE) anunciaram projetos que incluem produção, armazenamento e liquefação de H2 verde. A CSN, em Volta Redonda (RJ) anunciou que iniciou projeto-piloto com tecnologia da empresa portuguesa UTIS, que fará a injeção de hidrogênio verde no processo produtivo de algumas áreas da usina.

Outro setor que também tem muito a ganhar é o de fertilizantes, que já vinha com preços elevados no ano passado e está enfrentando várias restrições de oferta, uma vez que a Rússia é um dos grandes produtores. Neste setor, a Raízen, grande produtora de etanol, estabeleceu um contrato de cinco anos com a Yara para a produção de hidrogênio e amônia verde. Serão 20 mil m3/dia de biometano produzidos com resíduos do processo de produção de etanol, vinhaça e torta de filtro, nos parques de bioenergia do grupo. Outro projeto que está previsto para entrar em operação em 2027, anunciado pelas empresas Aker, Statkraft e Sowitec, é o de geração de energia renovável e produção de hidrogênio e amônia, na Bahia, com o intuito de atender a indústria de fertilizantes.

Voltando para a mobilidade, a eletrificação é o caminho globalmente adotado e será inevitável no Brasil, mas há várias formas de carregar essa bateria. Há a necessidade de se pensar em estratégia plural para tecnologias de redução de emissão. Para o Brasil, que tem a infraestrutura de etanol em toda sua rede de abastecimento, a célula a combustível aliada ao etanol para o carregamento de baterias, seria a tecnologia mais viável com possibilidade de adoção imediata. Com a tecnologia da segunda geração de etanol, isso seria ainda mais interessante, reduzindo o questionamento sobre possível conflito entre produção de energia e alimentos em terras agricultáveis, principalmente em um momento em que a segurança alimentar se torna prioridade mundial.

A boa notícia é que o mercado global de hidrogênio já é realidade, e é estratégico para a Europa e outras regiões do planeta. O Brasil poderá produzir para o mercado interno e externo, mas o governo ainda precisa estruturar adequadamente

a legislação. Investimentos vultosos na área de mobilidade e infraestrutura necessitam de política energética clara e estratégica para gerar vantagens competitivas para o país. A transição vai percorrer um longo caminho, e é fundamental definir aonde queremos chegar para atrair investimentos pesados que trarão desenvolvimento econômico, tecnologia e empregos. O aproveitamento pleno das fontes renováveis de energia do futuro pode ser um dos principais elementos de reposicionamento da imagem do país no cenário global.

■ GLOSSÁRIO

Veículo com motor a combustão: motor tradicional baseado na combustão de combustíveis fósseis ou etanol.

Veículo elétrico (bateria carregada com eletricidade – sem motor de combustão). Plug-in na tomada: o veículo é conectado à rede elétrica para carregar a bateria.

Veículo híbrido (combustão + elétrico) – o veículo pode ser movido tanto pelo motor a combustão, quanto por eletricidade da bateria. Os veículos possuem um sistema que gera eletricidade através do movimento das rodas, carregando a bateria sem a necessidade de conectá-lo a uma rede elétrica.

Hidrogênio: o veículo é abastecido com hidrogênio, que é transformado em célula de combustível, gerando eletricidade que carrega a bateria.

Etanol: o veículo é abastecido com etanol, que vai para um reformador catalítico, onde o álcool — puro ou com até 55% de água — é aquecido e tem suas moléculas quebradas, num processo que resulta em hidrogênio, oxigênio e carbono. Os elementos são enviados para a célula de combustível, onde o hidrogênio é transformado, gerando eletricidade que carrega a bateria.

Biometano: processo igual ao do etanol, porém utilizando outro catalisador no reformador catalítico

Guerra na Ucrânia. Motivações conflitantes e o difícil caminho para a paz



SERGIO FLORENCIO é diplomata e foi embaixador em Quito, Genebra e México. Mestre em Economia pela Ottawa University, foi professor na Simon Fraser University no Canadá. É diretor de Economia e Política Internacional do IPEA e professor de História da Política Externa Brasileira do Instituto Rio Branco.

A Guerra na Ucrânia deve ser vista como a confluência de dois movimentos: conflitos étnico-ideológicos domésticos e rivalidade entre superpotências. Reduzir a Guerra a essa última dimensão, ou atribuí-la exclusivamente ao conhecido binômio expansionismo da OTAN versus ameaça existencial à Rússia é grave equívoco. O propósito deste texto é avaliar a guerra na Ucrânia à luz de três motivações – ucraniana, russa e a busca da paz.

■ Motivações ucranianas

Com o desmembramento da União Soviética, a Ucrânia independente (1991) decidiu abdicar das instalações nucleares, sob condição de não intervenção russa. O propósito de preservar a soberania e a integridade territorial do país se revelou uma ilusão. A Ucrânia perdeu poder de negociação e não ganhou segurança de não interferência russa no país.

Com a renúncia de Boris Yeltsin e a ascensão de Vladimir Putin, a Rússia ganhou estabilidade política, crescimento econômico e projeção externa. Enquanto isso, a Ucrânia vivia a Revolução Laranja de 2005, com o primeiro presidente nacionalista pós independência — Viktor Yuschenko. A Revolução defendia um modelo político mais próximo de uma democracia liberal.

Os anos pós-revolução Laranja foram de grande instabilidade. A plataforma 'economia liberal com orientação social' resultou num socialismo populista. Em 2010 venceu as eleições Viktor Yanukovich, com um projeto pragmático — boas relações com a Rússia, mas sem submissão. Procurava conciliar aspirações liberais domésticas com uma vizinhança autoritária.

A economia sofreu os efeitos da crise internacional de 2008/2009 (queda de 15% do PIB), e o país assinou um importante e desejado Acordo de Associação com

a União Europeia. Entretanto, de forma surpreendente, ao regressar de visita a Moscou, o presidente revogou o Acordo.

A sociedade reagiu de forma contundente a esse grave retrocesso político – a Revolta Euromaidan, conhecida como Primavera Ucraniana. Ficou demonstrado que, embora sem grande peso, foi instrumentalizado, pelos governos ucraniano e russo, para justificar uma repressão brutal. Cerca de 100 mil manifestantes ocuparam o centro de Kiev de novembro de 2013 a fevereiro de 2014. Morreram 102 pessoas, e o presidente foi obrigado a renunciar, fugindo para Moscou e instalando no país uma coalizão com um governo de centro. Inicialmente pacíficas, as manifestações evoluíram para violenta repressão, e algumas cicatrizes não desapareceram.

No mesmo ano, a Rússia invadiu e anexou a estratégica península da Crimeia, entregue à ex-república Soviética da Ucrânia por decisão de Khrushchev em 1954. A invasão foi um êxito militar, tendo produzido amplo apoio popular na Rússia. A represália norte-americana, sob a forma de suaves sanções impostas por Obama, teve efeito praticamente nulo.

Além da anexação, Putin começou a armar, no mesmo ano de 2014, os separatistas da região de Donbas, no Leste da Ucrânia. Em resposta à ingerência externa, Kiev organizou forte resistência armada, inclusive com apoio de paramilitares neonazistas (Batalhão Azov, entre outros). Anos mais tarde, a participação desse núcleo minoritário serviria de justificativa para a política russa de 'desnazificação' da Ucrânia. Entre 2014 e 2022, estima-se em 15 mil o número de mortos em Donbas.

Cinco anos após a invasão e anexação da Crimeia (2019), é eleito novo Presidente da Ucrânia - Volodymyr Zelensky, comediante judeu e *outsider* da política, que assumiu o poder com uma plataforma de ostensiva aproximação com a União Europeia e o Ocidente. Tinha modesta sustentação política, sendo visto como um líder fraco. Esse perfil de inexperiente e vulnerável alimentou as ambições russas de maior intervencionismo na Ucrânia, já latente em função da rápida e exitosa anexação da Crimeia, com reação leniente do Ocidente.

Os projetos de ampliar o escopo da intervenção na Ucrânia foram também estimulados pelo êxito de Putin na Guerra dos Cinco Dias, em 2008, contra a Geórgia. A Rússia, que pouco antes reconhecera a independência da província da Ossétia do Sul, estacionou 40 mil soldados na fronteira e ocupou o país, sob a alegação de proteger os ossetianos de genocídio.

Há grande assimetria entre Geórgia e Ucrânia (3,7 milhões versus 44 milhões de habitantes). Entretanto, é marcante a semelhança da estratégia russa nos

40INTERESSE NACIONAL - JULHO - SETEMBRO DE 2022......

dois países – 40 mil soldados na fronteira da Geórgia e 80 mil na Ucrânia; reconhecimento russo da independência de províncias separatistas em ambos os vizinhos; e alegação de genocídio.

Em razão dessas fortes analogias, vários analistas sustentam que a invasão da Geórgia foi um *test case* para a invasão da Ucrânia.

■ Breve interpretação das motivações ucranianas

A Ucrânia independente foi palco de uma sucessão de rebeliões abortadas por violenta repressão. O propósito maior era sempre o de assegurar soberania, integridade territorial e vontade política própria, muitas vezes sob a forma de aproximação com a União Europeia.

Os exemplos concretos mencionados anteriormente demonstram que essa luta não foi retórica: provocou forte repressão doméstica; exacerbou as preocupações russas com uma Ucrânia liberal e próxima da União Europeia; produziu milhares de mortos; e deixou cicatrizes permanentes no tecido social do país. Isso nos leva a uma primeira conclusão. O atual conflito armado não pode ser visto apenas como um jogo geopolítico entre duas superpotências, nem como uma reação previsível da Rússia diante do avanço da OTAN para o Leste no pós Guerra Fria.

O expansionismo da Organização foi sem dúvida exagerado, mereceu críticas contundentes de figuras respeitáveis, como George Kennan e Henry Kissinger que denunciaram, em 1997 e 2014, o risco potencial para Moscou. Tudo isso é verdade. Mas outra história é ignorar sangrentos movimentos de contestação à ingerência russa no país – Revolução Laranja de 2005, Euromaidan de 2013 – e interpretar a invasão russa como resultante inevitável da expansão da OTAN. Mas vejamos agora as motivações russas.

■ Motivações russas

Vladimir Putin, primeiro-ministro, assumiu a Presidência em 2001, com a renúncia de Boris Yeltsin, reconhecidamente um governante fraco, bêbado e incapaz de evitar o caos político e a depressão econômica do país. Yeltsin não estava à altura de conduzir a gigantesca transição inédita de uma superpotência socialista, com partido único, rumo a um modelo político aberto com economia de mercado

O sucessor exibia credenciais opostas. Disciplinado oficial da KGB, transmitia um perfil de austeridade e determinação. Ficou fortalecido na política ao derrotar

de forma devastadora a república da Chechênia, declarada independente em 1991. O país viveu prolongado conflito armado em duas fases (1994-1996 e 1999-2000), com 4 mil baixas russas, 16 mil chechenas e um histórico de atrocidades denunciadas por organismo internacionais.

Além da vitoriosa repressão armada na Chechênia em 2000, Putin colecionou êxitos em iniciativas militares anteriores à invasão da Ucrânia de 2022 – Geórgia (2008), Crimeia (2014) e Síria (2015). A conjuntura internacional, pouco antes da invasão da Ucrânia, era também muito favorável a Putin.

Donald Trump, próximo de Putin, produziu virtual divisão da sociedade e da política norte-americana, investiu contra as instituições, afastou o país de aliados históricos, antagonizou a União Europeia e líderes do calibre de Angela Merkel e Emmanuel Macron. Foi ainda hostil ao multilateralismo, qualificou a OTAN como irrelevante, e aplicou pesado protecionismo comercial contra uma China vista como a origem dos problemas da economia norte-americana.

O sucessor americano, Biden, era visto por Putin como um presidente fraco. Assumiu com maioria de apenas um voto no Senado (o da vice-presidente); perdeu parte do apoio doméstico e internacional com a desastrada retirada do Afeganistão; e mereceu fortes críticas de Macron em função da iniciativa AUKUS (Austrália, Reino Unido e EUA) para fabricação de submarinos nucleares na Austrália. O grande projeto de política externa de Biden era recriar uma aliança EUA – União Europeia (UE), desarticulada por Trump. Mas não parecia reunir atributos para tal.

■ Fim da 'hegemonia liberal'

Do outro lado do Atlântico, a Europa se encontrava enfraquecida. A Alemanha estava órfã da liderança de Merkel; Boris Johnson enfrentava ameaças de impeachment por conduta indevida durante a pandemia; na França, a extrema direita crescia e reduzia a vantagem de Macron nas eleições dos próximos meses; democracias iliberais na Polônia, Hungria, Áustria estavam distantes do padrão político da União Europeia; e a OTAN havia sido diagnosticada com 'morte cerebral' por Macron.

A tudo isso se somava a percepção política no seio da academia nos EUA de que o país devia abdicar da estratégia de promoção da 'hegemonia liberal' ao redor do mundo. Os realistas em Washington (Henry Kissinger) e em Chicago (John Mersheimer) demonstravam essa tese com exemplos convincentes – os contundentes fracassos militares na Líbia, Iraque, Síria, Afeganistão, e as metas irrealistas de *regime change* nesses países.

Esse conjunto de fatores convergia para uma crescente convicção de Putin. Abriase uma janela de oportunidade para lançar rápida e vitoriosa ofensiva militar contra a Ucrânia – semelhante às da Geórgia (2008), Crimeia(2014) e Síria(2015). O propósito original de Putin, na Ucrânia, era trazer a região de Donbas para seu lado, depor o Presidente Zelenski, instalar um regime títere em Kiev e afastar o país da sedução exercida pela União Europeia e pela OTAN. A condição da Ucrânia – ainda não membro da OTAN, mas forte aspirante à União Europeia e, por tabela, à OTAN – era decisiva para os planos de Putin. De fato, nas circunstâncias atuais, a UE ainda era uma utopia distante, e a OTAN estava impedida de intervir militarmente num país não membro, sob risco de iniciar uma conflagração global.

Putin deve ter calculado que seria melhor cortar o nó pela raiz. Ou seja, invadir o país e abortar a aspiração europeia da população e a consequente adesão à OTAN. A Ucrânia nunca foi um país homogêneo do ponto de vista étnico nem político. Populações de origem russa são majoritárias em algumas regiões, mas claramente minoritárias na totalidade da população do país. Com 100 mil militares russos estacionados na fronteira, a primeira opção de Putin obviamente não era atacar a integralidade do território ucraniano. O objetivo inicial era protagonizar uma guerra parcial (região separatista de Donbas), intimidar as lideranças do país, promover um *regime change* em Kiev e instalar um governo submisso a Moscou. Diante desse cenário, os adversários – EUA, UE e OTAN – se sentiriam impotentes, inclinados a reeditar Obama e, assim, impor sanções suaves à Rússia.

O Cisne Negro dessa estratégia de Putin, ou seja, o evento inesperado e impactante, foi o vigor da resposta do Ocidente à ameaça de 100 mil militares russos na fronteira da Ucrânia. O passado recente descartava tal reação. No seu retrovisor, Biden era aquele presidente fraco, refém de limites inibidores – um Congresso com forte oposição republicana; uma UE enfraquecida por democracias iliberais; e a desastrosa retirada do Afeganistão. Mas, a história traiu Putin.

Tampouco contava Putin com a emergência de improváveis desdobramentos em solo ucraniano: carismática liderança de um presidente inexperiente; imprevisível resiliência das forças armadas do país; e apoio humanitário maciço dos vizinhos.

No plano multilateral, as derrotas da Rússia foram sequenciais: no Conselho de Segurança das Nações Unidas (12 votos contra, sendo um da Rússia, e mais três abstenções — China, Índia e Emirados Árabes); na Assembleia Geral das Nações Unidas (144 votos contra a Rússia, num universo de 194 países); e em diversas votações do Conselho de Direitos Humanos.

A Rússia tem sofrido contundentes derrotas no âmbito multilateral (ONU) e amplo isolamento internacional (com a enigmática exceção da China e, em

menor expressão, da Índia). Tais derrotas contrastavam, pelo menos no primeiro mês do conflito, com estimativas de provável vitória militar da Rússia. Mas o custo previsto era muito alto: geopolítico; econômico doméstico e internacional; humanitário; para a imagem internacional. Seria uma vitória de Pirro?

É nesse contexto que reside a grande indagação – como estimular negociações de um cessar fogo e, assim, abrir caminho para um futuro acordo de paz?

O Difícil Caminho para a Paz

Após três meses de conflito, os avanços rumo a um cessar fogo ainda são modestos e a distância entre as demandas de cada lado, expressivas.

Pela condição de superpotência, as demandas russas tendem a ser maximalistas. Mas o prolongamento temporal do conflito e as adversidades no terreno já reduziram muito seu ímpeto inicial: graves dificuldades logísticas e de suprimento; elevadas baixas em dezenas de milhares de soldados e até em dezenas de generais; e ataques ucranianos eficazes de drones contra blindados russos.

A Rússia está muito distante de uma vitória militar e claramente perde a guerra de narrativas. O talento de comunicador do ex-comediante ucraniano contrasta com a frieza do antigo oficial da KGB. A derrota russa na comunicação se consolida com Zelenski falando aos parlamentos da Europa e dos EUA, ao mesmo tempo em que fica estampado nas imagens aterradoras a destruição de casas, escolas e hospitais.

O Exército ucraniano recebeu, ao longo das primeiras décadas deste século, importante fluxo de treinamento, armas e equipamento militar norte-americano. Além disso, nos últimos meses, armamento e equipamento bélico dos EUA e de outros países da OTAN entram em volume crescente na Ucrânia. Essa assistência, aliada à liderança carismática do presidente, ao moral da tropa e da população civil, explica a resiliência e vitórias do Exército e das milícias contra os invasores.

A favor de uma cessação das hostilidades militam, do lado ucraniano, a crise humanitária sem precedentes, o êxodo de 6,4 milhões de poloneses e a destruição de grande parte da infraestrutura física. Do outro lado, operam o isolamento internacional da Rússia, os efeitos das mais rigorosas sanções da história moderna, a iminência de uma insegurança alimentar com alcance global e uma campanha militar incompetente.

Mas o fim das hostilidades depende também da coesão do Ocidente diante do conflito. EUA, Canadá e Reino Unido exibem retórica virulenta. Para a Europa Ocidental, encurralar a Rússia pode ameaçar a segurança e a economia europeias,

sendo que a França é a favor de um acordo de paz sem humilhar a Rússia. Polônia e países bálticos defendem robusta contenção de Putin.

A neutralidade não é mais uma estratégia de segurança viável para vizinhos da Rússia, como explicitado por Finlândia e Suécia, ao romperem com a História e pleitearem ingresso na OTAN. Fareed Zakaria, no Washington Post de 28 de maio, afirma: "Em meio a toda essa treva, há um sinal claro de esperança. A Europa está agindo com o maior senso de unidade e propósito que já vi." Mas fica a pergunta – até onde vai a coesão do Ocidente.

Há dois eixos do debate sobre o território, na visão de *The Economist* de 29 de maio: deixar a Rússia manter o que conquistou ou obrigá-la a recuar às fronteiras anteriores à invasão. Diante dessa disjuntiva, vale lembrar a advertência de Kissinger: a Rússia é importante para o equilíbrio de poder na Europa, por isso, não devemos empurrá-la rumo a uma aliança permanente com a China.

Autoridades chinesas e alguns analistas sustentam que a China tem vocação natural para ser uma ponte entre os dois lados. Se conseguir manter esse difícil equilíbrio, deverá colher prestígio e poder. A China só tende a ganhar com essa 'equidistância pragmática' no conflito – à la Vargas na Segunda Guerra Mundial. Isso porque não a favorece escolher o lado de uma Rússia isolada no mundo e tampouco a beneficia se aproximar de uma Ucrânia aliada dos EUA.

O caminho que mais parece se aproximar das demandas dos dois lados consistiria no que A. Wess Mitchell chamou de fortified neutrality, na Foreign Affairs de março deste ano: "EUA e UE se comprometeriam, em um tratado, a defender a Ucrânia em caso de ataque, e a assegurar assistência econômica para sua reconstrução".

Em linha semelhante argumenta Samuel Charap, em Ukraine's Best Chance for Peace, no Foreign Affairs de 1º de junho: Kiev renunciaria ao ingresso na OTAN e assumiria neutralidade permanente, em troca de segurança do Ocidente e da Rússia

Apesar das gigantescas dificuldades para se chegar a um cessar fogo e a um acordo de paz, o cenário de uma fortified neutrality não deixa de ser tênue luz no fim de um longo túnel.

Choque econômico triplo causa agitação social e tensão política nos emergentes



■ HUMBERTO SACCOMANDI é jornalista especializado em assuntos internacionais, já trabalhou na Itália, Suécia e Inglaterra e é editor de Internacional do jornal Valor Econômico

Uma combinação tóxica de efeitos da pandemia, guerra na Ucrânia e alta de juros está causando o que ameaça se tornar uma das mais graves crises econômicas globais em décadas. Os efeitos sociais desse choque triplo, como aumento da pobreza e da fome, começaram a assombrar vários países. E há um risco elevado de que essa deterioração da economia e das condições sociais gere ondas de protestos e até processos de ruptura político-institucional, principalmente nos países em desenvolvimento, como o que já aconteceu neste ano no Sri Lanka. O mundo parece rumar para um período de maior turbulência social e política.

A intensidade e a duração dessa crise econômica ainda são incertos e vão depender muito da evolução dos três fatores causais, que ainda estão em andamento e que se alimentam mutuamente. Disso vai depender também o agravamento das condições sociais e políticas pelo mundo.

Além de milhões de mortes e do imenso sofrimento, a pandemia de Covid-19 deixou um rastro de destruição econômica. Empresas fecharam, empregos e produção foram perdidos. O mundo empobreceu de 2020 para cá, e de modo desigual. Centenas de milhões de pessoas caíram na pobreza ou na miséria, principalmente nos países mais pobres e em desenvolvimento, já que os países ricos puderam gastar mais para amortecer o impacto da pandemia, como, por exemplo, por meio dos programas de preservação de empregos. A dívida pública disparou em todo o mundo, devido aos gastos extraordinários dos governos com a Covid-19 e com a ajuda econômica a empresas e indivíduos.

Apesar de o pior da pandemia aparentemente já ter ficado para trás, graças à imunidade adquirida pela vacinação e por quem contraiu a Covid-19, muitos dos seus efeitos econômicos persistem. Nos últimos dois anos, houve uma redução de investimentos e de produção que agora, com a retomada do consumo no pós-covid,

46interesse nacional – julho – setembro de 2022......

gerou escassez e gargalos. Faltam insumos importantes, de chips de computador a petróleo, o que eleva os preços e prejudica a produção em todo o mundo.

Além disso, os surtos recentes na China se tornaram um problema global. Após o surto inicial de Covid-19, no início de 2020, o governo chinês adotou uma política de covid zero, isto é, de restringir ao máximo o número de casos de transmissão local da doença. Isso foi feito por meio de vacinação, testagem maciça, isolamento de casos positivos e uma dura política de controles e de restrição de mobilidade. Ainda hoje é quase impossível para estrangeiros entrarem na China. Essa política teve efeitos graves sobre os negócios, a produção e os transportes, agravando os gargalos globais.

Mais recentemente, porém, a variante ômicron do vírus da Covid-19, mais transmissível e contra a qual as vacinas chinesas aparentemente são menos eficazes, tornou essa política de covid zero muito difícil de ser mantida. Para isso, o governo chinês teve de colocar em isolamento (*lockdown*) várias regiões do país, incluindo o centro industrial de Shenzen, a capital financeira, Xangai, e até partes da capital, Pequim.

Apesar de elevadíssimo custo econômico e social, o governo chinês dá sinais de que manterá a estratégia de covid zero. Estudos chineses indicaram que o país poderia sofrer um tsunami de casos e de mortes caso as restrições fossem levantadas. Além disso, o regime chinês fez do sucesso no combate à pandemia um pilar da sua propaganda oficial, inclusive sugerindo, com isso, que seu modelo de governo autoritário seja mais eficiente que as democracias liberais do Ocidente. Recuar agora é politicamente muito difícil para o presidente Xi Jinping, que neste ano deve ser reconduzido a um inédito terceiro mandato presidencial, o que fará dele o líder mais poderoso na China desde Mao Tsé-Tung.

■ Guerra na Ucrânia

Quando esse cenário chinês já era grave, irrompeu a guerra na Ucrânia, com a invasão do país por forças russas, em 24 de fevereiro. Os Estados Unidos, a União Europeia (UE), o Reino Unido e alguns outros países aliados, o chamado Ocidente, responderam com sanções políticas e econômicas sem precedentes, incluindo um amplo embargo comercial, que devem causar uma recessão profunda na Rússia neste ano e possivelmente no próximo. As estimativas vão de uma queda de 10% a 15% do PIB russo neste ano.

A guerra e as sanções desestabilizaram os dois grupos de *commodities* mais importantes globalmente: o de energia e o de alimentos. A Rússia é o maior exportador de petróleo do mundo e era o principal fornecedor de petróleo e gás da UE.

O petróleo tipo Brent, que é referencial mundial, estava cotado a quase US\$ 90 o barril no dia em que a guerra na Ucrânia começou. Esse já era o maior nível em quase oito anos. Desde então, o preço foi subindo, chegando a US\$ 120 no final de maio. O preço do gás natural disparou na UE, o que está reduzindo o consumo de outros bens e serviços.

Algo similar aconteceu com as *commodities* agrícolas. Rússia e Ucrânia estão entre os principais produtores e exportadores de trigo, cevada, milho e girassol. Além disso, Rússia e Belarus (país que também está sob sanções ocidentais) estão entre os maiores exportadores de fertilizantes do mundo. Com as sanções, os preços dos fertilizantes dispararam e há escassez no mercado global, o que ameaça reduzir a produção agrícola pelo mundo e elevar ainda mais os preços dos alimentos.

A guerra ainda está em andamento, com a Rússia avançando lentamente na ocupação de território ucraniano. O objetivo final de Moscou não está claro, mas certamente inclui a ocupação total da região de Donbas (leste da Ucrânia), que a Rússia já reconheceu como independente, e possivelmente de toda ou da maior parte da costa ucraniana no Mar Negro. Isso pode levar meses. Além disso, os líderes ocidentais já disseram que as sanções só serão retiradas quando Ucrânia e Rússia chegarem a um acordo de paz, o que pode levar anos. Kiev diz que não negociará nenhum acordo que implique ceder território à Rússia. E Moscou dificilmente aceitará um retorno ao *status quo* anterior, após iniciar um conflito que custará ao país centenas de bilhões de dólares. Assim, a perspectiva de uma resolução rápida desse imbróglio é muito improvável.

■ Alta de juros

Por fim, o terceiro fator da choque triplo é a alta de juros pelo mundo, após quase 15 anos de taxas muito baixas e de política monetária excepcionalmente relaxada, especialmente nos países ricos. Esse processo está apenas começando e deve adentrar por 2023.

A alta dos juros é uma resposta dos bancos centrais ao aumento da inflação, causado principalmente pelos motivos expostos acima, isto é, o aumento rápido do consumo com a redução da pandemia, a disrupção nas cadeias produtivas e o choque de oferta das *commodities*. A inflação está no maior patamar em 40 anos na Europa e nos EUA. E está em alta também em quase todo o mundo. Na Turquia, a taxa de inflação anual beirou os 70% em abril; na Argentina, atingiu 58%, o maior nível desde 1992.

Por muito tempo os principais bancos centrais ocidentais esperaram para ver, sob o argumento de que a inflação seria temporária. Hoje, eles admitem que a

48 INTERESSE NACIONAL – JULHO – SETEMBRO DE 2022.....

alta de preços veio para ficar e que exige ação. A expectativa de que a inflação começasse a ceder, tanto no Brasil como no exterior, a partir do segundo trimestre deste ano também parece cada vez mais improvável. Os preços dos combustíveis e da energia continuam aumentando (o preço médio da gasolina bateu seguidos recordes nos EUA em maio), o que continuará gerando reajustes de preços em toda a cadeia produtiva por algum tempo ainda.

A alta de juros visa desaquecer as economias e, assim, reduzir a demanda e a inflação. Os BCs da América Latina começaram a elevar as taxas de juros há mais de um ano, mas a inflação na região ainda não dá sinais de recuo. O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) começou esse processo em maio, com o primeiro aumento de 0,5 ponto desde o ano 2000. Na zona do euro, o Banco Central Europeu deve começar elevar os juros em julho. Segundo levantamento do jornal "Financial Times", divulgado em 29 de maio, desde março está ocorrendo o maior processo de alta de juros pelo mundo em 20 anos. Analistas de mercado acreditam que os juros continuarão subindo nos EUA e na Europa em 2023. O teto do aumento ainda não está claro e dependerá da resistência da inflação.

■ Deterioração global e risco de estagflação

O resultado desse choque triplo é que a economia global está passando por fortes tensões negativas, tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta.

O choque na demanda por consumo já é claro na China e começa a se espalhar pela Europa, mas ainda não nos EUA. Isso enfraquecerá o crescimento. Em abril, o Fundo Monetário Internacional rebaixou a sua projeção de crescimento da economia global de 4,4% para 3,6%. No final de maio, o Instituto Internacional de Finanças (IIF, entidade global do setor bancário) foi além e reduziu pela metade a sua projeção global, para 2,3%.

Apesar de a atividade econômica nos EUA ainda estar aquecida, o debate do momento no país é se a economia americana conseguirá ter um pouso suave, isto é, reduzir a inflação sem gerar uma recessão. Autoridades americanas obviamente se dizem confiantes, mas muitos economistas discordam. O ex-secretário do Tesouro Larry Summers, um democrata, sugeriu recentemente que o pouso suave é improvável. Uma recessão nos EUA provavelmente não virá neste ano, mas crescem as apostas de que já está contratada para 2023. Assim, os agentes econômicos começam a se ajustar, o que por si só já induz a uma desaceleração.

A China, cuja demanda é vital para países exportadores de *commodities*, como o Brasil, atravessa o seu pior momento econômico desde a crise do final dos anos 80. Os problemas nas cadeias de produção induzidos pela pandemia, a campanha

do governo contra alguns setores (como as empresas privadas de tecnologia) e, mais recentemente, os lockdowns infligiram um duro golpe à economia chinesa. A meta oficial de crescimento deste ano é de cerca de 5,5%, que seria o menor desde 1991. Mas economistas privados já falam de expansão do PIB na casa de 3%.

Na Europa, que esperava um ano de retomada após a pandemia, a guerra na Ucrânia está induzindo a uma inesperada freada da economia, causada principalmente pelo aumento dos custos da energia. O risco de uma recessão neste ano é grande. Seguidos indicadores vêm apontando retração na atividade econômica na região.

Já o choque na oferta de produtos, causado principalmente pelos problemas nas cadeias de suprimento (em especial na China) e pela guerra na Ucrânia, aumenta os preços globais. O governo dos EUA prevê, por exemplo, uma queda da produção global de trigo neste ano, o que pressiona o preço.

Essa combinação de choque de demanda e choque de oferta é pouco comum e ameaça gerar o fenômeno conhecido como estagflação, isto é, quando ocorre ao mesmo tempo estagnação econômica e inflação elevada. Normalmente, a inflação sobe quando a economia está aquecida e cai quando ela esfria.

O caso mais recente de combinação de choques globais de oferta e demanda ocorreu no final dos anos 70 e início dos anos 80 e levou os EUA a aumentarem fortemente a sua taxa de juros, o que jogou quase toda a América Latina numa crise da dívida na década de 80.

■ Riscos para os emergentes

Os países emergentes são particularmente vulneráveis à deterioração econômica atual, por vários fatores. Muitos dependem de capital estrangeiro para financiar seu déficit público e rolar sua dívida, e esse capital ficará cada vez mais caro com a alta dos juros. Além disso, em momentos de incerteza econômica, o investidor tende a fugir de ativos de risco (como títulos públicos, ações de empresas e moedas de países emergentes) e a buscar proteção nos ativos mais seguros, nos países ricos. Segundo dados da consultoria EPFR, US\$ 36 bilhões deixaram os mercados de títulos de países emergentes desde o começo do ano, até maio. Essa é a maior fuga de capital em décadas.

Muitos emergentes são ainda importadores de combustíveis e/ou de alimentos, cujos preços estão em forte alta. A maioria tem a China como maior mercado de exportação, e uma queda no consumo chinês terá forte repercussão. Uma queda simultânea na demanda nos dois maiores mercados do mundo (EUA e EU) também

50INTERESSE NACIONAL - JULHO - SETEMBRO DE 2022......

afetará toda e economia global, mesmo aqueles países exportadores de *commodities* (como o Brasil) que neste primeiro momento estão ampliando as suas exportações.

Ao contrário de países ricos, que podem elevar o gasto público e minimizar o impacto da inflação para sua população, a maioria dos emergentes não tem margem fiscal para isso, após dois anos de gastos elevados com a pandemia.

Essa deterioração do cenário econômico mundial vai piorar uma situação social já abalada pelos mais de dois anos de pandemia. A inflação causa empobrecimento, especialmente das parcelas pobres das populações, que não têm acesso a investimentos. A inflação funciona como uma política fiscal regressiva, que tira dinheiro dos pobres para dar aos mais ricos, aqueles que detêm a dívida pública. Após décadas de redução da pobreza pelo mundo, a pobreza aumentou com a pandemia e tende a continuar aumentando com a deterioração econômica global.

Autoridades de todo o mundo chamam a atenção para o risco de fome, com a crescente insegurança alimentar causada pelo aumento das *commodities* agrícolas. Para tentar proteger a sua população, muitos países têm adotado políticas protecionistas, como a proibição de exportação de produtos agrícolas. Em maio, por exemplo, a Índia proibiu a exportação de trigo. Essas medidas desequilibram ainda mais os mercados e impulsionam os preços internacionais.

O diretor-executivo do Programa Alimentar Mundial da ONU, David Beasley, disse no Fórum Econômico Mundial, realizado em maio, em Davos (Suíça), que 323 milhões de pessoas pelo mundo "estão marchando para a fome". Ele pediu que os países se abstenham de adotar medidas protecionistas em relação aos alimentos. Governos de países desenvolvidos temem que uma onda de fome pelo mundo aumente os fluxos migratórios, num momento em que um recorde de 100 milhões de pessoas já estão fugindo de conflitos e perseguições, segundo a ONU. Em maio, a União Africana (entidade de congrega os países do continente) alertou para o risco de uma crise alimentar por causa do bloqueio pela Rússia dos portos ucranianos (usados para exportação de alimentos) e das sanções ocidentais à Rússia, que dificultam a compra de alimentos russos.

■ Agitação social e tensão política

Com a deterioração econômica, está crescendo o mal-estar social em muitos países. E isso ameaça gerar crises políticas.

Em abril, manifestantes invadiram a casa do premiê de Sri Lanka em protesto contra a grave crise econômica no país. O premiê, que já estava demissionário, teve de ser resgatado por militares. O Sri Lanka é o caso mais clamoroso, até

agora, de agitação social e tensão política causados pelo choque econômico triplo. O país insular de 22 milhões de habitantes, ao sul da Índia, importa a maior parte da comida e do combustível que consome. Com o aumento dos preços e a dificuldade crescente de se financiar, o Sri Lanka deixou de pagar sua dívida e ficou sem moeda forte para importar itens básicos. No final de maio, o país pediu ajuda para comprar medicamentos e alimentos.

Em discurso em abril, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, disse que os efeitos econômicos do conflito na Ucrânia serão enormes e "o alastramento global da crise está colocando em evidência as vulnerabilidades de muitos países que já enfrentam uma carga de dívida maior e opções de políticas limitadas, num momento em que se recuperam da [crise da] Covid-19".

Economistas vêm alertando para o risco de uma nova onda de crise da dívida nos emergentes. O Sri Lanka, assim como Líbano, Tunísia e Egito, está negociando um pacote de ajuda com o FMI.

Na América Latina, o Peru já enfrentou uma violenta onda de protestos contra a alta dos preços dos combustíveis e dos alimentos, em março e abril, que causou a morte de sete pessoas. As manifestações elevaram a pressão pelo afastamento do presidente Pedro Castillo. O Peru importa cerca de 75% do petróleo que consome e depende também de grãos importados, o que o torna particularmente vulnerável à alta dessas *commodities*. Além disso, foi um dos países mais duramente atingidos pela pandemia de Covid-19.

Apesar de a alta de preços ser um problema global, as pessoas tendem a culpar o governante de turno. Segundo indicou pesquisa Datafolha no final de maio, 75% dos brasileiros responsabilizam o presidente Jair Bolsonaro pela alta da inflação no Brasil. O mesmo parece estar ocorrendo no Chile, onde houve protestos contra a inflação nas últimas semanas, e a aprovação do recém-empossado presidente Gabriel Boric despencou.

Esse processo de desgaste político dos governos está apenas começando e suas consequências ainda são difíceis de prever. Pode gerar apenas trocas normais de governo, como já vem acontecendo (candidatos governistas perderam todas as eleições nacionais na América Latina de 2021 para cá). Mas certamente esse desgaste aumenta também o risco de rupturas político-institucionais.

Brasil: vulnerabilidades e oportunidades



■ RUBENS BARBOSA foi embaixador em Washington e Londres, é presidente do Irice e membro da Academia Paulista de Letras

A pandemia e, agora, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia expuseram de forma dramática as vulnerabilidades de todos os países em áreas sensíveis e estratégicas. A dependência da China em muitos setores da cadeia produtiva fez com que os países desenvolvidos passassem a enfrentar essa questão com novas políticas industriais para reduzir os riscos dessa situação. No caso do Brasil, a magnitude dos problemas – em especial, na economia (baixo crescimento, inflação, taxa de juros), na sociedade (desigualdade, aumento da pobreza, desemprego), na destruição da Amazônia e no isolamento e na perda de espaço do mundo – deixa para um longínquo segundo plano a questão das vulnerabilidades, que perpassa diversos setores estratégicos para a segurança alimentar e a segurança nacional.

Vou limitar o tratamento dessa matéria a dois aspectos: comércio exterior e algumas áreas estratégicas.

O comércio exterior brasileiro está acima de meio trilhão de dólares. O mercado asiático absorveu 46,4% com destaque para a China que representou 31,3%. O agronegócio representou 43%. Desse total, mais de 70% das exportações estão representadas por dois produtos de proteína vegetal (soja e milho), 87,7% em valor concentrado no mercado chinês. Essa dependência deixa o setor muito exposto às oscilações do comportamento da economia chinesa e das políticas do governo de Beijing. Soma-se a isso a precariedade da infraestrutura e a dependência externa dos defensivos agrícolas, somados às crescentes ameaças de restrições externas. Os consumidores e cadeias de supermercados externos já começaram a boicotar produtos brasileiros, como retaliação à essa política ambiental.

O valor total das exportações brasileiras alcançou 280 bilhões de dólares em 2021. O Brasil está se tornando uma potência agrícola global, com exportações

subindo a mais de 100 bilhões de dólares, porém com crescente vulnerabilidade. A euforia com os resultados nos últimos anos, sem dúvida consequência do avanço tecnológico do setor, do dinamismo dos agentes privados e da crescente demanda externa, muitas vezes deixa para segundo plano a percepção da perigosa dependência em que o Brasil está colocando. Nos últimos cinco anos, mais de 90% da soja brasileira foi exportada para a China. Há redução das compras de soja e carne pela China. O fluxo das exportações para lá poderá ser afetado pela desaceleração da economia chinesa, de um lado, e, de outro, por medidas restritivas, como o embargo a carne brasileira, que produziu uma queda de 43% no volume exportado em 2021 em relação a 2020 (a exportação de carne suína para a China caiu cerca de 50%, com os preços se reduzindo perto de 17%); e a busca de autossuficiência (meta de aumento de 25% da produção de soja até 2025) com diversificação de suas fontes de suprimento a partir da importação da África (Namíbia, Zimbábue e Golfo da Guiné) de produtos que concorrem com os brasileiros. Isso sem falar da possibilidade de implementação da primeira fase do acordo comercial com os EUA prevendo substancial incremento das compras de soja e milho no mercado americano.

No tocante às importações na área agrícola, ocorre o mesmo fenômeno: alguns produtos essenciais ao agro brasileiro são importados de poucos países, como os defensivos agrícolas originários da Rússia e de Belarus. O Brasil importa 80-85% dos fertilizantes que consome em sua produção agrícola. Cerca de 28% desse total é oriundo da Rússia e de Belarus. Essa vulnerabilidade é inaceitável pela importância do setor do agronegócio no conjunto da economia nacional. O investimento russo em plantas de produção de fertilizantes no Brasil provavelmente não deverá se materializar. A dependência externa dos defensivos agrícolas, forçou o Ministério da Agricultura a desenvolver a diplomacia dos insumos, com a viagem da então ministra Tereza Cristina à Rússia para assegurar o suprimento ao Brasil em vista das quotas de exportação estabelecidas por Moscou para fertilizantes, e a garantir o fornecimento de fosfato e potássio, pelas limitações da Belarus e China.

Um dos motivos do aumento do preço das *commodities*, segundo a FAO, foi a decisão da China de reduzir a exportação de fertilizantes para o mercado global, o que fez com que o preço desses produtos subisse mais de 300% nos últimos quatro anos. As sanções impostas pelos EUA e pela UE a Belarus, em 2021, estão afetando a exportação e o preço do potássio. Na alimentação, para dar um exemplo, o trigo, produto essencial na mesa brasileira (pães, massas, biscoitos e bolos), estratégico para a segurança alimentar, depende de 60% da importação para consumo doméstico e, desse total, 85% é originário de um único país, a Argentina. Recente relatório da FAO, da ONU, ressalta as incertezas que cercam as exportações agrícolas brasileiras, inclusive pela mudança de clima em médio

54INTERESSE NACIONAL - JULHO - SETEMBRO DE 2022......

e longo prazos com a desertificação da Amazônia e suas consequências sobre a produção agrícola na região. Além disso, cresceram as incertezas globais derivadas da pandemia, da precariedade da infraestrutura e do crescente custo dos fretes marítimos

■ Ameaças de sanções comerciais

Por fim, mas não menos importante, a todas essas vulnerabilidades, somam-se as crescentes ameaças de sanções comerciais, disfarçadas em restrições externas em função das preocupações globais com o meio ambiente e com a mudança do clima. As políticas ambientais do atual governo em relação aos ilícitos na Amazônia (desmatamento, queimadas e garimpo, inclusive em terras indígenas), concorde-se ou não com suas motivações, estão hoje no centro das preocupações globais, em especial, dos países europeus e dos EUA. Nessa linha, a União Europeia anunciou o exame da lei do desmatamento e a criação de taxa de carbono sobre produtos importados de países que não coíbem a destruição das florestas tropicais. Essas medidas, que muitos consideram como protecionistas, estão sendo finalizadas pelo Conselho Europeu e poderão ser contestadas na OMC, mas deverão ser implementadas, não devendo ser descartada a sua aplicação também, no futuro, pelos EUA. Por outro lado, os consumidores e cadeias de supermercados externos já começaram a boicotar produtos brasileiros, como retaliação à política ambiental amazônica.

Uma das consequências da crise bélica é a disparada dos preços de produtos agrícolas e energéticos. O mercado de trigo, por exemplo, enfrentou muitos desafios nos últimos anos, como a pandemia e agora as incertezas e imprevisibilidades geradas pelo conflito. A Rússia é o maior exportador mundial de trigo, e a Ucrânia é o 4°. Juntos são responsáveis por cerca de 30% do mercado mundial de exportação do trigo, de 210 milhões de toneladas. É inevitável que a crise da Ucrânia afete diretamente os preços do trigo em nível mundial. Estamos, novamente, vivendo um período de grandes desafios para todo o setor do trigo também no Brasil. Os efeitos negativos sobre o mercado de trigo dependerão da duração da crise bélica. Se o conflito armado se prolongar com a resistência armada da Ucrânia, continuará a suspensão dos embarques nos portos ucranianos, e os importadores concentrarão suas demandas nos demais exportadores como Estados Unidos, Austrália, Canadá e Argentina. O mercado global de trigo, nos dois últimos anos, foi fortemente afetado por crises climáticas nos países líderes e com novos hábitos de consumo, que impactaram o posicionamento de estoques de segurança e fretes marítimos, com aumento de até três vezes em seu custo. Em relação aos preços no mercado global e no mercado interno, a tendência recente de preços elevados vai continuar

Na indústria, pesquisas indicam que somente 10% das empresas podem ser consideradas 4.0, o que tem acarretado aumento das importações e perda de mercado externo nas manufaturas, gerando um déficit de mais de 110 milhões dólares em 2021. A indústria de transformação caiu de 28% do PIB, em fins de 1980, para em torno de 10% no ano passado, e a participação das manufaturas nas exportações caiu de 59%, em 2000, para 27% em 2021.

■ Atualização da política industrial

As transformações globais estão obrigando os países a atualizar sua política industrial. A China, em 2017, com sua 'made in China 2025' deu prioridade a dez setores considerados estratégicos para evitar a dependência externa e industrializarse de forma competitiva. Mais recentemente, Alemanha, França e parcialmente os EUA adotaram políticas e incentivos para modernizar suas indústrias. Os presidentes Joe Biden e Emmanuel Macron indicaram mudança de política pela qual, em vez de depender da cadeia produtiva estrangeira, EUA e França vão buscar uma autonomia soberana, aumentando a capacidade produtiva da economia em áreas estratégicas. Tornou-se urgente a definição de uma estratégia entre o governo e o setor privado, para reindustrializar o parque nacional, o que poderia ser acelerado pela introdução de redes privadas do 5G e dos novos instrumentos da Inteligência Artificial, ao lado de políticas que tornem possível a fabricação no Brasil de produtos sensíveis, na área da saúde, por exemplo, importados do exterior de um ou dois países.

Quanto às vulnerabilidades em áreas estratégicas, podem ser lembradas, entre outras, a falta dos insumos na área da saúde, para a fabricação de vacinas (IFA), e na de mineração (terras raras, nióbio, urânio), com políticas incipientes até aqui para reduzir essa dependência externa. Na área de semicondutores, há anos desprezamos por questões burocráticas projeto da empresa Intel para instalar fábrica no Brasil. Hoje, a produção nacional é de cerca de 10% da demanda doméstica. Na Ásia e nos EUA concentram-se a maior parte da produção mundial. Medidas recentes tomadas pelo governo e pelo setor privado abrem novas perspectivas para o setor.

Na era do conhecimento, o atraso do Brasil na educação e na pesquisa e desenvolvimento se reflete em todas as áreas produtivas, com exceção do agronegócio, que se mantém atualizado nos avanços tecnológicos no campo.

Por fim, na área cibernética, o Brasil é um dos cinco países mais visados por *hackers*. Instituições governamentais, como TSE e Ministério da Saúde, foram atacados e paralisados em áreas sensíveis. Empresas privadas, desde bancos até cadeias de bens de consumo, também sofreram interferências externas. Claramente, o país não está preparado para responder a essa nova ameaça.

56 INTERESSE NACIONAL – JULHO – SETEMBRO DE 2022......

Oportunidades

Até aqui, foram tratados diferentes aspectos das vulnerabilidades do Brasil em consequência da pandemia e da guerra. A partir de 1º de janeiro de 2023, o novo governo poderá transformar os impactos negativos da pandemia e da guerra em oportunidades a serem desenvolvidas e aproveitadas localmente.

- Na área agrícola, o aumento da produção de fertilizantes e seus insumos, além da busca de autossuficiência no trigo, fortaleceriam ainda mais o setor e seria um reforço para a segurança alimentar. É urgente a definição de uma estratégia para o incremento da produção de insumos químicos e fertilizantes no Brasil para reduzir a dependência do mercado externo, além da definição de uma política nacional do trigo e do apoio às iniciativas que visem ao aumento da produção interna em novas áreas, como o norte do Cerrado.
- Na indústria, com a dramática queda em relação ao PIB da indústria de transformação, tornou-se urgente a definição de uma estratégia entre o governo e o setor privado, que poderia ser acelerada pela introdução de redes privadas do 5G e dos novos instrumentos da Inteligência Artificial. O exemplo da França, onde o presidente Macron defende uma autonomia soberana, isto é, a produção de insumos essenciais em algumas cadeias produtivas como vacinas (IFAs), poderia ser adotado pelo governo brasileiro. Se uma política desse tipo fosse implementada, seria o início de um esforço para reindustrializar o parque nacional a partir de setores sensíveis. No tocante a semicondutores, outro produto estratégico, será necessário um esforço conjunto do governo com o setor privado para ampliar a produção nacional. Memorando com a Samsung da Coréia do Sul, prorrogação até 2026 do programa de desenvolvimento tecnológico da indústria de semicondutores (Padis), recursos do Ministério da Economia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, criação de GT Interministerial sobre semicondutores e iniciativas do Itamaraty como o seminário 'A cadeia internacional de semicondutores e o Brasil' são alguns exemplos do que começa a ser feito. Não será fácil, sobretudo se a instabilidade global persistir e se o mundo voltar a dividir-se. Nesse caso poderão ser criadas restrições a produtos e tecnologia de uso dual com grande prejuízo para países como o Brasil.
- Na área cibernética, empresas privadas, desde bancos até cadeias de bens de consumo sofreram interferências externas. Claramente, o país não está preparado para responder a essa nova ameaça à segurança e à proteção de dados sensíveis. Governo e empresas deveriam juntar esforços e recursos para melhorar a capacidade de defesa contra ataques de hackers à segurança e de proteção de dados sensíveis, o que, como se viu em outros países, pode afetar a infraestrutura de energia e de transporte das cidades.

- Na área espacial, os programas de construção de satélites e de veículos lançadores de satélites, além da utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, reforçariam a Base Industrial de Defesa e dariam relevância a um setor hoje secundário e com pouco investimento em que o Brasil teria todo interesse em privilegiar.
- Na área de defesa, o governo terá de definir políticas para fazer face às medidas restritivas que poderão ocorrer nos próximos meses em relação a tecnologias e produtos de uso dual como telecomunicação, equipamentos de TI, produtos eletrônicos, chips, sensores e lasers
- Na área da educação, a revisão da deficiência e uma nova e dinâmica política evitará a dificuldade de formação de mão de obra especializada para responder às novas formas de produção.
- Na área de comércio exterior, a diversificação de mercados e a ampliação dos produtos de exportação, sobretudo industriais e de serviços, reduzirá uma das mais sérias vulnerabilidades do país. O aproveitamento da Área de Livre Comércio na América do Sul e a liderança do Brasil no estabelecimento de cadeias produtivas na região em setores determinados poderia facilitar a integração dos países no subcontinente, reduzindo as vulnerabilidades e aproximando empresas brasileiras das dos vizinhos em seu entorno geográfico.
- Na área mineral, a redução da interferência do Estado com o fim dos monopólios estatais facilitaria a exploração de terras raras, urânio, níquel, entre outros.

Um país com mais de 210 milhões de habitantes, com dimensões continentais não pode se dar ao luxo de ignorar essas e outras vulnerabilidades em áreas estratégicas como agricultura, inovação, defesa cibernética, entre outras, que poderão afetar seus interesses concretos e prejudicar seu desenvolvimento. Urge uma discussão franca entre o setor privado e o governo para a definição de estratégias de médio e longo prazos para o Brasil diversificar seus mercados externos para os produtos agrícolas e pecuários, ganhar autonomia em setores essenciais e reduzir ou eliminar a dependência externa em áreas críticas para resguardar a segurança interna do país. A maioria dos países está colocando seus interesses nacionais acima de alinhamentos automáticos com base na ideologia ou na geopolítica. Esse é o caminho mais seguro para o Brasil nos próximos meses e anos.



"O IRICE é um think tank independente, sem vinculação com partidos ou grupos de interesse e voltado para discutir com profundidade e objetividade temas políticos e econômicos do Brasil com visão de futuro.

Sua missão é fortalecer os valores democráticos do livre comércio.

Ao promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais, o IRICE contribui para o exame de formas de re-inserção do Brasil na economia global em rápida transformação e nos fluxos dinâmicos do comércio internacional"

Embaixador Rubens Barbosa, Presidente





15 ANOS DE COMPROMISSO COM O DEBATE QUALIFICADO DE IDEIAS E COM A RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE INTERESSE PARA O BRASIL



ANUNCIE NA INTERESSE NACIONAL



Representante nacional e internacional exclusiva desta e de mais de 100 veículos de midia.